



**BRASILIDADES EM DISPUTA: lutas de representações e narrativas nacionais no
processo de demolição do Palácio Monroe (1960-1976)**

Lucas de Souza Avelar

DRE 115042987

Turno Integral

Rio de Janeiro
Novembro/2019

Lucas de Souza Avelar

**BRASILIDADES EM DISPUTA: lutas de representações e narrativas nacionais no
processo de demolição do Palácio Monroe (1960-1976)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Aparecida Rezende Mota

Rio de Janeiro
Novembro/2019

Aos meus pais, por tudo.

Agradecimentos

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer à Universidade Federal do Rio de Janeiro por ter me oferecido uma segunda casa ao longo dos últimos cinco anos. O comprometimento com o ensino público e de absoluta qualidade é, e deve continuar a ser, nosso tesouro nacional. Se posso me orgulhar do que fiz até o momento, devo me orgulhar como resultante deste comprometimento. A Universidade me proporcionou, além da excelência acadêmica formativa e profissional, a experiência completa da empatia e da alteridade. À UFRJ e todo o seu corpo de funcionários, técnicos-administrativos, docentes e discentes, obrigado.

Agradeço à Professora Doutora Maria Aparecida Rezende Mota, que me acompanhou em grande parte desta trajetória acadêmica turbulenta e repleta de transformações pessoais e profissionais. Como professora, orientadora e amiga, não faltou com comprometimento e zelo ao nosso trabalho conjunto que resultou nesta pesquisa. Meus sinceros agradecimentos e votos de “horinhas de descuido”, nas palavras do benemérito Guimarães Rosa.

Aos professores do Instituto de História da UFRJ, que muito me ensinaram e me fizeram compreender, pouco a pouco, a minha identidade profissional como historiador e professor.

À minha família que não desistiu de me fornecer amor e companhia nas horas mais estressantes, em que a distância pesou e o cansaço venceu. Nada, até aqui, seria possível sem as qualidades morais com as quais fui criado e cuidado ao longo de minha vida.

Ao meu namorado, companheiro, amigo e parceiro, Gabriel Barbieri, obrigado pela compreensão infinita, pelo apoio incondicional, por escolher a mim e a nós, muitas vezes, em detrimento de si, ao longo dos últimos dois anos.

À Ana Catharina Braga, que vem me ensinando há muitos anos o que são a arte e a compaixão verdadeiras. Agradeço profundamente pela leveza, pela força, por tudo.

Aos que vivenciaram comigo, quase em sua totalidade, a Graduação em História, em especial, Mirella Pinheiro, João Pedro Rossi e Paulo Vítor Honorato; a jornada até aqui foi linda e o futuro ao lado de vocês é certo, bonito e acolhedor.

À Bruna Gonçalves, pela afetuosa companhia e pela inspiração permanente.

Aos que chegaram depois, mas fincaram raízes profundas em meu peito: Matheus Basilio, Flávia Martins, Bianca Bastos, Bruno Afonso e Gabriel Bonifácio, dividir a Visita Guiada no Palácio Tiradentes com vocês, na reta final daquele estágio, adquiriu uma carga afetiva e simbólica inenarrável. Obrigado por vestirem a camisa e por seguirem ao meu lado.

Por fim, agradeço a todos os meus, que resistem e persistem comigo, sempre.

Nesta etapa do que sou, sou porque somos todos juntos.

Que século, meu Deus! – exclamaram os ratos.

E começaram a roer o edifício.

Carlos Drummond de Andrade, “Edifício Esplendor”, *Obra completa*.

Resumo

As representações coletivas constituem-se, cada vez mais, em objeto da pesquisa histórica, sobretudo após a ampliação de temas e problemas promovida pela Nova História Cultural. Práticas, categorias mentais e discursos manifestam-se nessas representações que traduzem as posições e os interesses dos agentes sociais e descrevem a sociedade tal como estes agentes a compreendem. É neste sentido que a pesquisa que desenvolvemos concentra-se na disputa entre os que propunham o tombamento do Palácio Monroe como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na década de 1970, e aqueles que defendiam sua demolição, o que acabou por acontecer. Edificado na então Capital Federal em 1906, o Monroe abrigou o Senado Federal a partir dos anos vinte. O Palácio era a materialização do projeto republicano que, no início do século XX, ainda procurava legitimar-se no imaginário social mobilizando signos que associassem o novo regime à modernização e ao progresso da nação. Já nos anos 70 do século XX, o arrasamento do Monroe inscrevia-se no debate sobre os valores arquitetônicos que deviam, ou não, serem preservados como o rosto da nação brasileira. Esse processo de apagamento pode ser interpretado como parte de uma luta de representações entre grupos sociais distintos. Para comprovar esta hipótese, analisamos os discursos desses grupos, procurando discernir, sobretudo, os significados da perspectiva preservacionista adotada por setores expressivos das elites intelectuais da década de 1970 e presente na proposta de manutenção do Palácio Monroe. A principal fonte em exame é o Processo de Tombamento nº 860-T-72, sob a guarda do IPHAN, no qual recomenda-se a conservação do Monroe, uma vez que a edificação integrava o conjunto arquitetônico da Avenida Rio Branco, principal legado das reformas urbanas do início do século XX que teriam transformado o Rio de Janeiro em uma capital republicana e integrado o Brasil ao concerto das nações civilizadas. Apesar de o conjunto ter sido preservado, o Palácio e seu testemunho histórico foram apagados. Nossa hipótese central é de que, nessa luta de representações, a derrota dos agentes sociais que procuravam formular certa identidade brasileira, mobilizando o discurso da patrimonialização de vestígios materiais do passado, evidencia um novo projeto estético, em termos de arquitetura e urbanismo, que expressa, também, um novo projeto de nação que se quer mais comprometida com a inovação e com o futuro.

Palavras-chave: representações identitárias; patrimonialização; Palácio Monroe; Rio de Janeiro (1960-1976); História Cultural.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – Das Exposições Universais à Capital da Ordem e do Progresso: projetos de modernidade e modernização.....	6
1.1. As Exposições Universais: vitrines da modernidade industrial.....	6
1.2. Rio de Janeiro, capital-vitrine: da invenção ao esvaziamento simbólico.....	14
CAPÍTULO II – Entre o velho, o novo e a nação: as lutas de representações no Processo de Tombamento nº 860-T-72.....	26
2.1. As lutas de representações como categoria analítica.....	26
2.2. Entre o moderno e a tradição: as concepções de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional em disputa.....	32
2.3. Pela nação: as brasilidades em disputa no processo de demolição do Monroe.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	65
Fontes.....	65
Referências bibliográficas.....	65

INTRODUÇÃO

As diversas brasilidades da contemporaneidade, fundamentadas no ontem e em disputa pelo hoje, encontram lugar simbólico nas representações e no imaginário popular. Disto, a identidade nacional vive: certas práticas, crenças e hábitos que, por si próprios, constituem o imaginário social, tornam-se parte daquilo que se entende por tradição e, com isso, fortalecem laços identitários em coletividades. Por outro lado, a dimensão material desta identidade também existe, corporificada em construções arquitetônicas, monumentos, conjuntos urbanos e prédios impregnados de significado histórico. Preservar tais elementos não quer dizer petrificá-los no tempo; mas sim, condicioná-los às novas demandas do espaço urbano sem deixar de legitimar sua memória.

Esses elementos constituem um amplo repertório para aqueles que detém o poder político e que, por isso mesmo, se encarregam de elaborar um projeto de nação coeso e creditado por setores amplos da sociedade. O grupo social dominante costuma lançar mão de sua própria representação da identidade nacional, subjugando e/ou eliminando outras representações possíveis. Em alguns casos, a violência simbólica do Estado, ao forjar a nação, pode ser percebida, quando se observa a arbitrariedade com a qual são feitas as escolhas a respeito do que deve ou não ser preservado da memória nacional.

Os mesmos elementos que se desdobram em sistemas de representações podem, também, integrar o imaginário nacional: os esquemas simbólicos que fundam tradições e definem rituais estão sempre relacionados à legitimação do poder político. É por isso que não é pouco comum que esses elementos – valores, crenças, costumes, práticas culturais – sejam objeto de disputa, em especial no campo discursivo. Chamam-se lutas de representações coletivas os processos que levam à elaboração de novos imaginários, novas práticas coletivas, novas categorizações, com as quais se concebe o mundo social.

As representações coletivas constituem-se, cada vez mais, em objeto da pesquisa histórica, sobretudo após a ampliação de temas e problemas promovida pela já não tão Nova História Cultural. Práticas culturais, categorias mentais e discursos manifestam-se nessas representações que, conforme Roger Chartier, têm sido equivocadamente relacionadas à ilusão dos discursos, afastadas, portanto, da dimensão do real. Neste sentido, com a mesma objetividade com que a tradicional História Social¹ reconstitui e historiciza sociedades, a História Cultural postula que as representações traduzem as posições e os interesses dos agentes sociais “objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como

¹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 2002, p. 18.

pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”². Assim, essas representações, entendidas como alicerces do mundo social, interessam-nos na medida em que favorecem a elaboração de novas questões no campo da História Cultural e, mais especificamente, da História Patrimonial.

Considerando o exposto acima, a presente pesquisa trata da disputa entre os que propunham o tombamento do Palácio Monroe como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e aqueles que defendiam sua demolição (o que acabou por acontecer), ao longo das décadas de 1960 e 1970. Edificado na então Capital Federal em 1906, o Monroe abrigou o Senado Federal a partir dos anos vinte. O Palácio era a materialização do projeto republicano que, no início do século XX, ainda procurava legitimar-se no imaginário social mobilizando signos que associassem o novo regime à modernidade e ao progresso da nação. Já nos anos setenta, o arrasamento do Monroe inscrevia-se no debate sobre os valores históricos e arquitetônicos que deviam, ou não, serem preservados como o rosto da nação brasileira.

A hipótese que orienta a pesquisa é que esse processo de apagamento expressou o resultado de uma luta de representações entre grupos sociais distintos. Para comprovar essa interpretação, analisamos os discursos desses grupos, procurando discernir, sobretudo, os significados da perspectiva preservacionista adotada por setores expressivos das elites intelectuais na década de 1970 e presente na proposta de manutenção do Palácio Monroe. A principal fonte em exame é o Processo de Tombamento nº 860-T-72, sob a guarda do Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN), no qual se recomenda a conservação do Monroe, uma vez que a edificação integrava o conjunto arquitetônico da Avenida Rio Branco, principal legado das reformas urbanas do início do século XX que teriam transformado o Rio de Janeiro em uma capital republicana e integrado o Brasil ao concerto das nações civilizadas. Na medida em que compreendemos os Processos de Tombamento como “verdadeiros dossiês, a que são anexados não apenas os documentos oficiais (...), como todo material que diga respeito ao processo”³, conforme Maria Cecília Londres Fonseca, encontramos, neste mesmo documento, declarações e posicionamentos contrários à preservação do prédio. Apesar de o conjunto ter sido preservado, o Palácio e seu testemunho histórico foram apagados.

Como morador da Cidade do Rio de Janeiro, minha atenção é constantemente despertada pelas contradições urbanas que revestem nossa cidade de rugosidades temporais⁴ e

² CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, *op. cit.*, p. 19.

³ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. p. 194.

⁴ Compreendendo o espaço como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, refiro-me ao conceito de “rugosidades”, elaborado pelo geógrafo Milton Santos, como uma categoria analítica interna ao espaço. As rugosidades seriam, portanto, o que “fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em

estampam o passado e o futuro como uma coisa única. Esta relação que se assemelha a um parasitismo – a partir da qual o futuro se apropria do passado para sua própria existência, mas pouco oferece em troca, com suas lacunas nas políticas de preservação patrimonial –, acentua-se no centro histórico da cidade, onde construções e sobrados antigos, em estado decadente, desvalorizam-se diante da especulação imobiliária, tornando-se, portanto, vazios de indivíduos e de significados. No momento em que desenvolvo esta pesquisa, encontro-me residindo no bairro da Glória e, no trajeto para o local em que trabalho como monitor da Exposição Permanente de História, no Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, pedalo pela Cinelândia esvaziada em sua extremidade sul, onde situava-se o Palácio Monroe. Fechando o conjunto arquitetônico da praça, ao lado do Palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara Municipal, da antiga Escola Nacional de Belas Artes, agora Museu, e do Teatro Municipal, o Monroe completava a imponência republicana da Capital Vitrine⁵.

O vazio deixado pelo antigo Senado Federal causa-me inquietação, não por apreço à estética urbana integrada pelo Palácio antes de seu arrasamento, ou por qualquer nostalgia de um tempo que não vivi. Mas sim, por compreender que as práticas de preservação patrimonial, no Brasil, não parecem manifestar nem ontem, nem agora, alguma coerência. Observa-se rupturas e, acima disto, embates narrativos que constituem lutas de representações entre setores expressivos da elite intelectual brasileira e, mais contemporaneamente, entre aqueles e segmentos sociais e/ou associações identificados com as camadas populares urbanas. É possível afirmar, entretanto, que desde a elaboração do anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1936, são aqueles setores representativos das elites intelectuais que decidem quais elementos devem ser, ou não, preservados como símbolos da nacionalidade brasileira e que estabelecem os fundamentos que legitimam esta conservação.

É neste sentido que este trabalho pode contribuir para o campo no qual se inscrevem estudos recentes sobre o tema⁶. Não em busca de uma resposta inovadora para a questão que circunscreve o fato histórico – qual seria, afinal, o motivo da demolição do Palácio Monroe?

todos os lugares”. Cf. SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

⁵ O arquiteto e historiador Carlos Kessel refere-se ao Rio de Janeiro da década de 1920 como “Capital Vitrine”, isto é, um laboratório de experiências políticas e culturais, além de rosto da nação no exterior. Cf. KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

⁶ Bons exemplos a serem explorados mais adiante são os trabalhos de Fernando Atique e Daniel Levy de Alvarenga. Cf. ATIQUE, Fernando. O Patrimônio (oficialmente) rejeitado: a destruição do Palácio Monroe e suas repercussões no ambiente preservacionista carioca. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. *Anais...* São Paulo, ANPUH-SP, 2011; ALVARENGA, Daniel Levy de. *Memórias, resistências e ressonâncias no processo de destruição do Palácio Monroe*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humana e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

Trata-se, aqui, do empenho consciente de compreender esse evento, não apenas como parte de um processo de esvaziamento simbólico da cidade do Rio de Janeiro, mas, também, como parte de uma disputa entre projetos de nação brasileira. Pretendemos, portanto, examinar o fato – a demolição – sem necessariamente identificar um motivo, no singular, uma vez que ele se situa, em nossa interpretação, em um conjunto de circunstâncias político-sociais que podem ser analisadas de uma perspectiva que contemple, tanto o particular, quanto o geral.

No Capítulo I, dividido em dois tópicos, descrevo a trajetória da construção do Palácio que se inicia antes mesmo de sua instalação na Capital Federal, uma vez que seu destino era a Feira Internacional de Saint Louis, nos Estados Unidos, inaugurada em 1904. O pavilhão brasileiro, ou seja, o Palácio, foi muito bem recebido pela imprensa local e terminou por ganhar o prêmio de primeiro lugar, em razão da imponência e da beleza de sua arquitetura, entre os pavilhões representativos dos países convidados. Nesse Capítulo discorro sobre as Feiras Internacionais, comuns na virada do século, caracterizando-as como expressão da modernidade industrial capitalista no Ocidente. Assinalo, também, a inserção do pavilhão brasileiro na lógica da construção de uma identidade nacional republicana e progressista. Destaco, ainda, a importância do pavilhão após sua transferência para a Capital, ressaltando os eventos históricos dos quais foi testemunha.

Nesse primeiro Capítulo, já agora, no interior dos marcos temporais que balizam a pesquisa, analiso as consequências da transferência da Capital Federal para Brasília, em 21 de abril de 1960. Compreendemos que esse processo levou a certo esvaziamento simbólico e político da cidade do Rio de Janeiro, além de constituir-se, também, em fruto de uma luta de representações e projetos de nação brasileira: o futuro em oposição ao passado; a inovação contra a tradição; por fim, a vitória da ordenação urbana moderna, representada no traço de Oscar Niemeyer e Lucio Costa, e a derrota do eclético caótico associado à metrópole carioca da *Belle Époque*.

No segundo Capítulo, dividido em três tópicos, exploro a tentativa de tombamento do Palácio Monroe, no intuito de compreender este processo como uma luta de representações coletivas. Nessa etapa, discutimos o referencial teórico-conceitual mobilizado, no intuito de elucidar a adequação da categoria “luta de representações” para tratar das disputas narrativas mencionadas. Examinamos as continuidades e rupturas na noção de preservação patrimonial elaboradas pelas elites letradas, assim como procuramos identificá-las: quem eram os agentes envolvidos, o que defendiam e por quê. Quanto à perspectiva preservacionista que culminou na manutenção do conjunto arquitetônico da Avenida Rio Branco, com exceção do Palácio Monroe, é possível supor que determinados valores históricos e simbólicos atribuídos ao

Palácio Monroe não foram suficientemente considerados pelos que defendiam sua demolição. Em contrapartida, os valores estéticos e arquitetônicos teriam sido alvo das principais críticas à edificação, o que confirmaria uma descontinuidade na prática de preservação.

A noção de “conjunto arquitetônico” foi incluída nas políticas de preservação patrimonial a partir da Carta de Veneza⁷, em 1965, fundamentando a pertinência do Processo de Tombamento nº 860-T-72, que recomendava a patrimonialização de um conjunto que era, em si mesmo, testemunho histórico de um importante período da cidade, bem como do país. Apesar disso, optou-se pelo arrasamento do Monroe, o que descaracterizava o conjunto proposto e demonstrava uma perspectiva patrimonial destoante das recomendações internacionais acordadas em Veneza.

No último tópico do Capítulo II, procuramos desenvolver a problemática da identidade nacional brasileira, tratando a disputa entre projetos de nação, também, como uma luta de representações. Nesta etapa, discutimos a relação entre arquitetura e imaginário nacional, identificando o processo de demolição do Palácio Monroe como um sintoma da construção de uma nova identidade. Nossa hipótese é de que, nessa luta de representações, a derrota dos agentes sociais que procuravam formular certa identidade brasileira, mobilizando o discurso da patrimonialização de vestígios materiais do passado, evidencia a emergência de um novo projeto estético, em termos de arquitetura e urbanismo, que traz em seu âmago um novo projeto de nação, mais comprometida com a inovação, com a modernização, e com o futuro.

No intuito de comprovar esta interpretação, analisamos discursos, tanto dos veículos de imprensa, quanto de instituições de classe, como o IPHAN, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sem desconsiderar os discursos dos indivíduos em destaque na tentativa de tombamento. Acreditamos, por fim, que o que move esta pesquisa é a tentativa de formular novas questões, mais do que a pretensão de encontrar respostas definitivas.

⁷ ICOMOS. *Carta de Veneza*. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, 1964. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

CAPÍTULO I - Das Exposições Universais à Capital da Ordem e do Progresso: projetos de modernidade e modernização

1.1. As Exposições Universais: vitrines da modernidade industrial

Ao longo do século XIX e primeiras décadas do XX, observa-se um grande esforço por parte das nossas elites intelectuais para responder a uma das perguntas-chave da modernidade: quem somos nós os brasileiros? Descobrir as nuances que determinavam a singularidade do brasileiro diante do mundo ocidental civilizado foi um dos objetivos de alguns desses letrados. Muitas vezes, esse esforço traduzia-se em inventar um Brasil fictício que consolidava projetos e imaginários de uma nação que, para alguns, como Capistrano de Abreu, ainda encontrava-se em formação⁸. Falar de Brasil, no Oitocentos, implicava discorrer sobre um aglomerado de regiões e províncias, entre as quais talvez o elo mais sólido fosse a aversão aos portugueses, mas pouco – ou talvez nenhum – apreço ou compromisso social entre si próprias.

Já no cenário europeu oitocentista, intensificava-se o processo de consolidação dos Estados-Nação e das identidades nacionais, fundamentadas em elementos simbólicos que contribuíam para a implementação de projetos de poder em curso, ao legitimar as formas de dominação cultural sobre outros povos, traduzidas no imperialismo econômico e seu corolário, a recusa do “outro”, sobretudo do africano e do asiático que “necessitavam” serem “civilizados”.

Anne Marie Thiesse identifica, neste sentido, uma dinâmica que marca os diferentes Estados Nacionais na construção dos elementos que vão compor o repertório daquilo que vai ser entendido como identidade nacional. O processo de consolidação dessa representação coletiva é lento, envolve o engajamento do Estado e de seus letrados⁹. Envolve, também, a necessidade de divulgação e vulgarização das representações, por meio da imprensa¹⁰ e da educação formal, como responsabilidade do Estado. Nesse modelo comum de representação das diferenças, observa-se alguns elementos comuns, entre eles, a busca por ancestrais. Não é

⁸ Grande nome entre os pioneiros na historiografia brasileira, Capistrano de Abreu (1853-1927) dedicou seus estudos, também, à Etnografia. Cf. ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500 - 1800)*. Rio de Janeiro: M. Orosco & CIA, 1907. p. 216.

⁹ THIESSE, Anne Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002, p. 7. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6609/3932>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

¹⁰ A virada do XVIII para o XIX é a conjuntura em que a imprensa ganha essa dimensão, desempenhando um papel muito forte na disseminação da autoimagem dos Estados Nacionais, ajudando a vulgarizar a língua e os símbolos representativos da identidade nacional.

difícil observar os esforços que pretendem estabelecer quais teriam sido as origens mais antigas da uma cultura comum que constituiria uma nação¹¹.

É neste contexto que, em meados do século XIX, a primeira Feira Internacional ocorrerá em Londres. Conhecida como a Grande Exposição dos Trabalhos Industriais das Nações¹², a Feira de 1851 inaugurou um movimento de celebração e de autopromoção por parte das nações do Ocidente, em especial as europeias. Dotadas de um senso de propaganda das culturas nacionais e de consolidação dos novos valores mercantis e industriais, as Feiras Internacionais, também conhecidas como Exposições Universais, acontecerão durante a segunda metade do século, persistindo como um fenômeno de público ao longo do século seguinte, ao reunir elementos que, na medida em que identificam as nações europeias por suas especificidades culturais, também as distinguem das nações colonizadas e de suas culturas “pitorescas”. Segundo Niuxa Dias Drago,

São as “vitrines da modernidade”, e exibem não só as invenções da sociedade burguesa, mas seu conhecimento sobre o mundo natural e sua visão sobre as culturas dos outros povos. A burguesia europeia alardeava sua “superioridade”, dando sentido político-cultural às teorias evolutivas do século XIX, e justificando a divisão internacional do trabalho. A participação dos países colonizados dava o toque de “exotismo” pelo qual a sociedade burguesa tanto ansiava.¹³

Com a Exposição de 1867, em Paris, os pavilhões nacionais, como construções arquitetônicas, passavam a dispor de um cenário adequado para anunciar a imponência estética e a potencialidade cultural de cada país. O que as Exposições Universais apontavam para nações colonizadas como o Brasil era a notável velocidade com a qual o Ocidente atingira novos patamares “civilizatórios”, ao exibir o progresso de certas nações no palco da modernidade. Para além, portanto, das inovações técnicas e do vigor de suas indústrias, esses países apresentavam, também, suas narrativas de origem e suas tradições. Margareth Campos da Silva Pereira assinala esse duplo objetivo:

Com efeito, no que diz respeito ao estatuto da arquitetura e da cidade, as exposições universais não veicularam apenas o culto do novo e a modernidade, mas também o gosto pelo passado e pela tradição, desenhando uma tensão entre esses dois polos antagônicos. Modernidade concebida como constatação da emergência de novas estruturas sociais, econômicas e técnicas que levavam indiscutivelmente a uma transformação e reestruturação do espaço urbano, a começar pela arquitetura. Tradição valorizada de forma

¹¹ Desse esforço de pesquisa sobre as origens da coletividade, participaram, além de historiadores, antiquários e colecionadores.

¹² No idioma original: *The Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations*.

¹³ DRAGO, Niuxa Dias. *Arquitetura e cenografia na representação do Brasil: pavilhões brasileiros de Londres a Milão. O Percevejo Online*, v. 8, n.º. 1, jan./jul. 2016. p. 33. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/opercevejoonline/article/view/5758>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

indissociável da própria ideia de progresso, que vai sendo forjada, como um longo caminho percorrido pelo homem entre a barbárie e a civilização e onde cada nação, cada cultura, ocupa um lugar específico.¹⁴

Os impasses para os brasileiros que participavam destes eventos, ainda que não como representantes oficiais do país, eram muitos. A começar pela conciliação, mencionada pela arquiteta, entre modernidade e tradição. Diante da reconstituição dos feitos e dos grandes vultos de suas Histórias, empreendida pelas nações civilizadas, setores da sociedade brasileira, interessados e/ou frequentadores dessas Exposições, demonstravam não saber exatamente o que selecionar de seu passado colonial para inventar suas tradições¹⁵. Pereira assinala os dois grandes dilemas que se apresentavam aos brasileiros: quanto à modernização, o Brasil se mostrava insuficientemente preparado para participar do fluxo de inovações, seja pela ausência de iniciativas que estimulassem a produção de saberes específicos; seja pela relutância geral de se pensar no país como espaço possível para o progresso, considerando seu passado colonial pouco admirável; quanto às tradições, não se sabia bem o que deveria ser lembrado e celebrado, desse mesmo passado, e que pudesse se constituir como uma imagem nacional orgulhosa de suas conquistas¹⁶.

Assim, compreende-se os esforços da participação brasileira, nestes eventos grandiosos, para recuperar e afirmar certa tradição vinculada à identidade europeia. O Brasil terá uma participação mais importante na Exposição da Filadélfia, em 1876, com a presença do próprio Imperador. A edificação principal dessa Exposição, evidentemente era o Pavilhão dos Estados Unidos, demonstração concreta de seu poder industrial. Por outro lado, embora essas construções efêmeras pretendessem representar simbolicamente as riquezas de cada nação, o pavilhão e o estande brasileiros foram projetados por arquitetos norte-americanos¹⁷. Na verdade, tratava-se, de fato, na linguagem da própria Exposição, de promover “os Estados Unidos, já recuperados da Guerra de Secessão, como nação industrial de ponta”¹⁸.

O estande do Brasil no interior do *Main Building* (palácio principal) foi projetado com referenciais mouriscos, no intuito de salientar a cultura islâmica que, ao longo de oito séculos

¹⁴ PEREIRA, Margareth Campos da Silva. A participação do Brasil nas Exposições Universais: uma arqueologia da modernidade brasileira. *Revista Projeto*, São Paulo, n. 139, 1992. p. 3.

¹⁵ Cf. HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

¹⁶ PEREIRA, Margareth Campos da Silva. A participação do Brasil nas Exposições Universais: uma arqueologia da modernidade brasileira, *op. cit.*, p. 4.

¹⁷ Havia, além dos pavilhões das nações, estandes menores que dispunham de amostras de produtos e de objetos, representando a economia e a cultura de cada país. No caso da Feira de 1867, esses estandes dividiam espaços no pavilhão central, o chamado *Palais du Champs de Mars*. Em torno deste pavilhão, representante da França, situavam-se os das colônias francesas, dispostas simbolicamente ao seu redor.

¹⁸ DRAGO, Niuxa Dias. Arquitetura e cenografia na representação do Brasil, *op. cit.*, p. 37.

ocupara a Península Ibérica e que, portanto, deixara suas marcas em Portugal, origem da nação brasileira. Neste sentido, éramos herdeiros diretos da cultura europeia, mesmo que miscigenada.

O cenário muda em 1889. Com a instauração da República no Brasil, as representações simbólicas do Império são rapidamente substituídas pelos signos republicanos. Nas Feiras Internacionais, não é diferente. A arquitetura dos pavilhões adapta-se para refletir o discurso de legitimação do modelo republicano. A mudança de regime político no país caracterizou, mais do que qualquer ruptura significativa na vida social, um deslocamento na mentalidade das elites intelectuais, quanto aos elementos que deveriam ser elaborados como signos nacionais.

Apesar disso, devemos considerar uma dimensão um pouco mais pragmática no que diz respeito à participação do Brasil nesses eventos, após a mudança do sistema político. Na Exposição de Paris, no mesmo ano do advento da República Brasileira, uma das prioridades, após a abolição do regime escravista, era recuperar a mão-de-obra barata, atraindo imigrantes para suprir a vácuo deixado pelo trabalho escravo. Conciliava-se esta necessidade com a de dar início ao processo de branqueamento da sociedade, no intuito de integrar o Brasil ao concerto das nações civilizadas¹⁹. Para isso, a própria representação brasileira na Exposição era atraente e acolhedora – “três andares, com jardins, lago e estufa anexos”²⁰ – projetada por um arquiteto francês. As repúblicas norte-americana e francesa, além da monarquia parlamentar britânica, constituíam os modelos que guiavam os discursos de ruptura com o passado colonial na recém-nascida República brasileira. Cabe destacar, também, as necessidades econômicas que impunham o alinhamento a esses países, tendo em vista seu crescimento industrial e técnico.

Os esforços para atrair imigrantes e tornar o território brasileiro cativante não foram exclusivos da Exposição parisiense. Margarida de Souza Neves, pioneira nos estudos sobre as Exposições Universais no Brasil, examinou, ainda na década de 1980, o Decreto oficial assinado pelo Imperador em 25 de outubro de 1861, por meio do qual foi nomeada a Comissão Brasileira para a Exposição de Londres do ano seguinte. Nele, a intenção de trazer a mão-de-obra imigrante para o Brasil era clara, considerando a “pressão inglesa sobre a utilização do trabalho escravo no Brasil”²¹.

Para demonstrar, mais uma vez, que a cultura brasileira era tributária da cultura europeia, o pavilhão brasileiro na Exposição de Chicago, em 1893, foi projetado, finalmente,

¹⁹ A teoria do branqueamento, ou clareamento racial, na virada do século XIX para o XX, era amplamente divulgada e aceita entre as elites intelectuais que, após a abolição da escravatura, procuravam pensar em formas de “branquear” a sociedade brasileira. Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Estação Ciência Edusp, 1996.

²⁰ DRAGO, Niuxa Dias. *Arquitetura e cenografia na representação do Brasil*, *op. cit.*, p. 38.

²¹ NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/FINEP/CNPq, 1986. p. 34.

por um arquiteto brasileiro, Francisco Marcelino de Souza Aguiar; ele mobilizou o ecletismo classicizante como resultado daquilo que Niuxa Dias Drago denomina de “arquitetura abertamente acadêmica”²². De acordo com ela, o arquiteto não teria tido pretensão alguma de caracterizar uma arquitetura especificamente nacional com esse projeto. Todavia, é possível compreender o mesmo ecletismo de origem europeia como um dos elementos que viriam a constituir a identidade brasileira – no que concerne ao urbanismo e às edificações – pouco tempo depois, no início do século XX. Neste sentido, o projeto de Souza Aguiar refletia a perspectiva nacional sobre si mesma e sua própria riqueza arquitetônica, ainda que salientando a herança cultural e estilística europeia.

Finalmente, em Saint Louis, na Exposição de 1904, o pavilhão que representava o Brasil, também projetado por Francisco Marcelino de Souza Aguiar, levava aos Estados Unidos uma imagem promissora da nação, ao expor, para o capital estrangeiro, possibilidades atraentes de investimento, em especial, na mineração. Em publicação do mesmo ano, Souza Aguiar discorre sobre a participação do país no evento, classificando o território brasileiro como fértil e de braços abertos para a exploração mineral:

Os depósitos minerais mais ricos do Brasil são encontrados nas camadas pertencentes ao sistema huroniano. Depósitos inesgotáveis de minério de ferro, da melhor qualidade possível, são encontrados nesse sistema, aguardando apenas a engenhosidade do homem para extraí-lo de seus leitos, para serem usados em seus projetos mais ambiciosos.²³

O pavilhão foi também um dos maiores expoentes, se não o maior, do ecletismo e das mais variadas formas nas quais se materializavam os elementos nacionais. As representações exóticas e coloniais saem de cena para dar espaço a um Brasil republicano: um novo projeto de nação brasileira que procurava legitimar sua narrativa dentro e fora das fronteiras nacionais. A abertura para o capital externo, no intuito de consolidar as bases industriais brasileiras, parecia ser o principal objetivo do governo brasileiro na Feira de Saint Louis. É o próprio arquiteto que faz a propaganda das potencialidades econômicas do Brasil:

O estabelecimento de fábricas para o desenvolvimento dessas indústrias é apenas uma questão de capital. Os lucros seriam grandes e seguros. Os produtos importados dessa natureza não podem competir com o material doméstico, devido aos pesados impostos e taxas de frete impostos.²⁴

²² DRAGO, Niuxa Dias. *Arquitetura e cenografia na representação do Brasil*, *op. cit.*, p. 41.

²³ “The richest mineral deposits of Brazil are found in the layers belonging to the Huronian system. Inexhaustible deposits of iron ore, of the finest quality imaginable, are found in this system, awaiting only the ingenuity of man to extract it from its beds, to be used to further his most ambitious projects”. Cf. AGUIAR, Francisco de Souza. *Brazil at the Louisiana Purchase Exposition, 1904*. Saml. F. Myerson Ptg. Company, 1904, p. 13. Tradução nossa.

²⁴ “The establishment of plants for the development of these industries is merely a question of capital. The profits would be large and sure. Imported products of this nature could not compete with the domestic material

O governo havia encomendado um pavilhão que pudesse ser desmontado após o evento e, reerguido na então Capital Federal. Sua posterior instalação, entre 1905 e 1906, no Rio de Janeiro não indicava apenas a importância do pavilhão e o prestígio arquitetônico que alcançou – merecedor do primeiro lugar do concurso de arquitetura em que concorriam os pavilhões de St. Louis – mas evidenciava também a imponência alegórica atribuída a ele. Em nosso entendimento, portanto, a iniciativa de transplantá-lo para a Capital não consolidaria, apenas, os interesses mercantis do país para com as nações vizinhas, mas, também, evocaria certos atributos da identidade nacional pela visibilidade de alguns elementos que decoravam a estrutura metálica do Palácio.

Posicionado ao lado da recém-construída Praça Marechal Floriano Peixoto, atual Cinelândia, o pavilhão de São Luís²⁵ passou a integrar o importante conjunto arquitetônico da Avenida Central (hoje, Avenida Rio Branco), ainda em obras, no contexto das reformas urbanas de Pereira Passos. No final da década de 1910, a Praça Floriano Peixoto encontrava-se circundada pela suntuosidade do Teatro Municipal, da Biblioteca Nacional, do Supremo Tribunal de Justiça e do próprio Palácio. Posteriormente, em 1923, o Palácio Pedro Ernesto – no qual hoje se instala a Câmara Municipal do Rio de Janeiro – completaria o conjunto considerado a verdadeira representação da “Paris Tropical” do início do século passado²⁶. A localização do antigo pavilhão havia sido, portanto, estrategicamente definida. De acordo com Sérgio Fridman,

o local designado foi o final da Avenida Central, que nem mesmo ainda tinha sido inaugurada, e que no ano de 1912, quando faleceu o Barão de Rio Branco, tomou a denominação de Avenida Rio Branco. A grandiosidade e a beleza arquitetônica do pavilhão fez com que as autoridades determinassem o local nobre para a sua reconstrução.²⁷

A instalação do pavilhão no Rio de Janeiro resultou em sua ocupação como palco de grandes acontecimentos públicos. Lá, em 1906, mesmo ano em que a montagem do prédio foi concluída, realizou-se a III Conferência Pan-Americana. Nesse evento inaugural, teve seu nome alterado para Palácio Monroe, não pouco elucidativo sobre as intenções do Brasil em manter-

on account of the heavy duties and freight charges imposed.” Cf. AGUIAR, Francisco de Souza. *Brazil at the Louisiana Purchase Exposition, 1904*, op. cit., 1904, p. 14. Tradução nossa.

²⁵ Assim chamado popularmente nos primeiros meses no Rio de Janeiro, em referência à própria Exposição que ocorrera na cidade de Saint Louis.

²⁶ As reformas urbanas de Pereira Passos espelharam-se na grande intervenção realizada por Georges-Eugène Haussman, na cidade de Paris, entre 1853 e 1870. O modelo de urbanismo representava tanto os ideais da república francesa quanto o da inserção brasileira na civilização ocidental.

²⁷ FRIDMAN, Sergio A. *Palácio Monroe: da construção à demolição*. Rio de Janeiro: S.A. Fridman, 2011. p. 12.

se aliado, política e economicamente, dos Estados Unidos²⁸. Entre os muitos e diversos eventos realizados no Monroe, começamos pela III Conferência Pan-Americana, para a qual a insistência do Barão de Rio Branco e de Joaquim Nabuco muito contribuiu²⁹. Posteriormente, sediou o banquete em homenagem à oficialidade da esquadra norte-americana, em passagem pelo Rio de Janeiro, em janeiro de 1908 e a confraternização entre Brasil, França e Itália, em novembro do mesmo ano; congressos, formaturas e bailes ao longo da década de 1910; e, em especial, a manifestação em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores, Dr. Lauro Muller, em 1913, quando proferiu o discurso que garantiu seu ingresso na Academia Brasileira de Letras³⁰.

Já no ano seguinte, o Palácio Monroe alojou, provisoriamente, a Câmara dos Deputados, devido às condições insalubres do antigo prédio que ocupava, “a Cadeia Velha”, construído ainda no século XVII. A Câmara vai deixar o Monroe e se instalar na Biblioteca Nacional entre os anos de 1922 e 1926, enquanto a futura sede permanente, o Palácio Tiradentes, era erguido na Praça XV de Novembro. O Palácio Monroe deixa de abrigar os deputados, pois seria sede, em 1922, da Comissão Executiva da primeira e única Exposição Universal do Rio de Janeiro, em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil, um dos mais importantes conjuntos de festividades da capital-vitrine³¹.

Pouco tempo depois, em 1925, recebe o Senado Federal, reafirmando sua importância simbólica como alegoria da nação republicana e da democracia brasileira. O Senado ficava no Palácio Conde dos Arcos, na Praça da República, que também apresentava graves problemas de estrutura; por isso, os senadores solicitaram uma nova sede com urgência. A adaptação do Palácio Monroe para acolher os senadores foi extensa e, de alguma maneira, problemática, na opinião de vários arquitetos. Anos mais tarde, essas alterações seriam classificadas e criticadas como “mutilações” por determinados setores da imprensa. Na contramão de seu significado inicial, o Palácio abrigou, ainda, o Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo entre 1937 e 1945, após a eliminação das instituições legislativas, durante a ditadura de Getúlio

²⁸ Uma referência à Doutrina Monroe – “América para os americanos” – que, na primeira metade do século XIX, sustentava uma política de não interferência europeia no continente americano. Com isso, o então presidente estadunidense, James Monroe, pretendia consolidar a política imperialista norte-americana com relação aos demais países da América, em especial da América Latina, “quintal” político-econômico dos Estados Unidos. Para mais informações sobre o tema, os trabalhos de Jay Sexton podem contribuir de maneira valiosa. Cf. SEXTON, Jay. *The Monroe Doctrine: empire and nation in the nineteenth-century America*. New York: Hill and Wang, 2011.

²⁹ AGUIAR, Louis de Souza. *Palácio Monroe: da glória ao opróbrio*. Rio de Janeiro, 1976, p. 43. Este trabalho é considerado, para esta pesquisa, como uma fonte primária, uma vez que sua publicação é contemporânea ao recorte temporal no qual se inscreve o nosso objeto-problema.

³⁰ FRIDMAN, Sergio. *Palácio Monroe, op. cit.*, p. 20-24.

³¹ KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho, op. cit.*, p. 6.

Vargas. Em 1946, sedia o Tribunal Superior Eleitoral, no contexto de redemocratização e de realização das novas eleições; e em seguida, o Senado retorna à casa que o abrigara antes.

O Palácio Monroe, de acordo com Margarida de Souza Neves, significou, do ponto de vista simbólico, a construção da “ilusão do progresso como realidade tangível”³², ao participar da Exposição Universal de Saint Louis. A ele foi atribuída a responsabilidade de ser a alegoria da nação no estrangeiro, com a missão paradoxal de representar tanto o potencial de modernização, quanto a tradição nacional. Os adornos de sua arquitetura, nos moldes do ecletismo classicizante, exibiam coroas de folhas de café ornamentando estátuas e vitrais e, em seu interior, “um pé de café carregado trazido de São Paulo e uma fonte que jorrava grãos de café” constituía um grande atrativo para os visitantes³³ e símbolo, portanto, de uma economia pujante.

Considerada toda a sua importância como representação alegórica da nação, tornou-se a sede do Poder Legislativo Federal, compartilhando essa função com o imponente Palácio Tiradentes, que abrigava a Câmara dos Deputados³⁴. Este, por sua vez, também projetado em estilo eclético por Arquimedes Memória e Francisco Couchet, era guarnecido de signos republicanos como a Ordem, o Progresso, além da escultura em homenagem a Tiradentes, instituído mártir republicano e patrono das lutas dos brasileiros contra a tirania. O centro urbano do Distrito Federal encontrava-se, portanto, repleto de edificações projetadas neste sentido. Era a materialização do projeto de uma República que, ainda nas primeiras décadas após o Golpe de 1889, procurava legitimar sua existência no imaginário social por meio dos signos³⁵.

Se às Exposições Universais foi atribuída a responsabilidade de representar os elementos da modernidade industrial, capitalista e civilizada das nações ocidentais, ao Palácio Monroe – como pavilhão brasileiro na Feira de Saint Louis e como Senado Federal dos Estados Unidos do Brasil – foi atribuída a responsabilidade de tornar-se signo da construção alegórica da República. A invenção do novo Distrito Federal como vitrine da modernidade e espelho da brasilidade, por conseguinte, encontrava-se de acordo com o projeto de nação em vigor.

³² NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*, op. cit., p. 17.

³³ DRAGO, Niuxa Dias. *Arquitetura e cenografia na representação do Brasil*, op. cit., p. 42.

³⁴ O Palácio Tiradentes também deixou de ser sede da Assembleia Legislativa em 1937, tornando-se mais uma dependência do Departamento de Imprensa e Propaganda varguista. Assim como o Monroe, retoma suas atividades em 1946. Esta troca simbólica de funções em construções alegóricas como o Palácio Tiradentes e o Palácio Monroe demonstra, em certo sentido, como essas edificações materializavam o projeto republicano de Estado.

³⁵ Para este trabalho, mobilizamos o conceito de “imaginários sociais” de Bronislaw Baczko, a partir do qual as noções de “imaginação” e de “poder” articulam-se no interior do processo de construção das práticas coletivas e das representações. Cf. BACZKO, Bronislaw. *Les Imaginaires Sociaux*. Mémoires et espoirs collectifs. Paris: Payot, 1984.

O projeto que vencia esta disputa entre representações era o de pátria republicana, federalista e presidencialista aos moldes norte-americanos, alicerçada pelo positivismo e pelas noções de liberdade e de igualdade francesas. No plano econômico, a disposição do Brasil em receber investimentos do capital estrangeiro expressa um projeto de nação inclinado a atingir determinadas metas de desenvolvimento industrial. Veremos, mais adiante, como objetivos de natureza econômica permitem estabelecer uma diferenciação clara entre aquele projeto do início do século e o que viria a ser defendido por setores da elite intelectual, na segunda metade do século XX. Os dois projetos de nação, distintos nas dimensões política, econômica e simbólica, entrariam em disputa a partir da década de 1960, especialmente no âmbito da iniciativas relacionadas à preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Na medida em que a luta de representações é constantemente reproduzida entre os grupos sociais³⁶, entendemos que aquele projeto, materializado no Palácio Monroe, cairia por terra décadas depois, quando o próprio conceito de “modernidade” sofreria certas descontinuidades na mentalidade das elites. Uma nova perspectiva quanto à identidade nacional brasileira seria proposta no campo de disputa. E, neste jogo de representações coletivas, o Palácio Monroe seria condenado à demolição.

1.2. O Rio de Janeiro capital-vitrine: da invenção ao esvaziamento simbólico

Após décadas de atividade legislativa, o Palácio Monroe estaria ameaçado pela primeira vez na história com a transferência da Capital Federal para Brasília. O Rio de Janeiro seria preterido como cidade-estado, vitrine da nação, na medida em que um novo projeto de desenvolvimento nacional era elaborado³⁷. Na década de setenta, após a transferência da última instância representativa do Senado do Rio para Brasília, uma tentativa minuciosa e bem articulada de diversas instituições e agentes sociais de preservar o Palácio Monroe, como parte integrante do conjunto arquitetônico da antiga Avenida Central, teria sido o último suspiro da edificação antes de seu arrasamento. Ernesto Geisel, então presidente da República, estaria empenhado em consumir a hegemonia do novo polo político, Brasília, o que, conseqüentemente, implicava o esvaziamento simbólico do Rio de Janeiro. Segundo a historiadora Marieta de Moraes Ferreira,

Capital do Império e da República, o Rio de Janeiro tinha construído sua identidade como espaço-síntese da nação e da nacionalidade. Mesmo com a transferência da capital federal, a Guanabara preservara a maior parte das

³⁶ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, *op. cit.*, p. 14.

³⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: ABREU, Alzira Alves de. (Org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 179.

funções de principal centro político do país. A perda desses atributos só iria ocorrer no início da década de 1970, acompanhada, como não podia deixar de ser, de um efetivo investimento em dotar Brasília, capital de direito, das atribuições de uma capital de fato.³⁸

Antes de prosseguirmos, é necessário assinalar a amplitude do assunto proposto neste tópico, objeto de vasta discussão historiográfica que nos permitiria discuti-lo com mais profundidade, em termos teóricos e conceituais. Contudo, parece-me prudente uma simplificação, ainda que perigosa, para que o problema desta pesquisa não seja obscurecido em meio às inevitáveis considerações acerca deste tema. Para tratarmos dos impactos simbólicos da transferência da Capital para Brasília, é necessário retomarmos a discussão em torno da construção do Rio de Janeiro Capital como alegoria da ordem e do progresso³⁹.

Margarida de Souza Neves, em artigo publicado em 1992, tratava desta elaboração alegórica da cidade como reflexo da nação. Não apenas pela visibilidade que havia obtido, como capital de um Império Ultramarino, com a vinda da Corte em 1808, mas também pela presença de instituições representativas da nação em solo carioca. Importantes veículos de imprensa como o *Jornal do Brasil* e *O País*, com sedes na Avenida Central, assim como a Biblioteca Nacional, a Escola Nacional de Belas Artes e a Academia Brasileira de Letras, garantiam a legenda de “coração do Brasil” para a cidade⁴⁰. A noção de “cidade capital” é mobilizada pela historiadora para compreender o Rio de Janeiro como,

sobretudo, uma construção moderna e, de alguma maneira, uma alegoria do poder. Isso parece ocorrer na medida em que as cidades, reformuladas, assumem uma dimensão de representação de um projeto, no caso, nacional. Deixam de ser cidades fechadas para se apresentar enquanto organismos abertos e articuladores de uma dada ideia do todo.⁴¹

As reformas urbanas empreendidas por Pereira Passos no início do século XX demonstravam o esforço dos agentes envolvidos organicamente com o Estado – desde higienistas e intelectuais a engenheiros e políticos – para elaborar uma imagem do Rio de Janeiro condizente com o projeto nacional republicano de ordem e progresso. A cidade, antes imperial, teve suas ruas alargadas para receber as construções de grande prestígio que, apesar

³⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política, *op. cit.*, p. 178.

³⁹ NEVES, Margarida de Souza. Brasil, acertai vossos ponteiros. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *Brasil, acertai os vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: MAST/CNPq, 1992, p. 5. Disponível em: <[www.http://www.mast.br/pt-br/](http://www.mast.br/pt-br/)>. Acesso em: 01 dez. 2019.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 4.

⁴¹ Inicialmente pensada por Giulio Carlo Argan, em seu trabalho sobre as capitais barrocas da Europa no século XVII, a noção de “cidade capital” fundamenta, também, o trabalho de Neves. Cf. ARGAN, Giulio Carlo. *l'Europe des capitales*, 1984. Apud NEVES, Margarida de Souza. Brasil, acertai vossos ponteiros, *op. cit.*, p. 5.

de neoclássicas na grandiosidade, eram ecléticas na totalidade, demonstrando ser a mistura e a pluralidade o principal elemento da brasilidade a ser exaltado diante das nações civilizadas.

Todavia, como insiste Margarida Neves, as reformas eram apenas uma nova vestimenta para a cidade colonial que escondia suas contradições, tanto em relação ao aspecto urbano, quanto à mentalidade social, por debaixo das novas fachadas parisienses da Avenida Central e da zona portuária⁴². Isto significa dizer que a concepção de modernidade atribuída ao planejamento urbano do Rio de Janeiro das primeiras décadas do XX não considerava, necessariamente, uma mudança estrutural na economia que alterasse as dinâmicas mercadológicas da antiga colônia. Acima disto, o fator operante era a imposição (e manutenção) da ordem, fosse por meio da violência efetiva do “bota-abaixo” de Pereira Passos, fosse pela violência simbólica das novas posturas municipais que orientavam os moradores e afastavam, para as periferias, aqueles que não se harmonizavam com o projeto de poder.

Esse projeto era fundamentado por princípios federalistas, por meio dos quais os estados, como entidades autônomas, determinavam os verdadeiros rumos políticos do país. Era, pois, como atribuir ao Distrito Federal o papel de articulador das relações e práticas de poder, fragilizadas com a mudança no regime político, mas que, em nenhuma hipótese, estariam dispostas a abrir mão de sua posição hierárquica no jogo político nacional. Neste sentido, as reformas urbanas não apenas vestiam a nova Capital republicana de panos parisienses, mas eram executadas no intuito de conduzir, simbolicamente, seus cidadãos à ideia de um progresso civilizatório e legitimar a manutenção de uma ordem hierárquica, sendo esta a condição para aquele. Nas palavras de Neves,

Conduzidos por este fio, ainda que ténue, muitos tinham a ilusão de derrotar o monstro do atraso. Poucos o percebiam em sua frágil realidade. “Encontrar a ordem” neste labirinto de significados, é reencontrar a mesma e antiga lógica excludente e hierarquizadora da sociedade colonial sob novas formas. No entanto a grandiosidade das reformas faz esquecer as permanências e sublinha as discontinuidades: a cidade articula um eficiente discurso do novo, cujo sujeito é o país, metaforizado em sua capital.⁴³

Os esforços para tornar o Rio de Janeiro uma cidade-capital, moderna, civilizada e republicana, não se traduziam somente na valorização da ordem interna e na legitimação do projeto nacional no imaginário da sociedade brasileira. Como já mencionado, é nessa época, também, que o Brasil participava de algumas das grandes Exposições Universais, nas quais seus

⁴² ARGAN, Giulio Carlo. *l'Europe des capitales*, 1984. Apud NEVES, Margarida de Souza. Brasil, acertai vossos ponteiros, *op. cit.*, p. 8.

⁴³ NEVES, Margarida de Souza. *Brasil, acertai vossos ponteiros, op. cit.*, p. 9.

representantes identificavam, cada vez mais, as contradições e os obstáculos a serem eliminados para que o país pudesse ser reconhecido nos certames das civilizações modernas.

Neste sentido, em 1908, uma Exposição Nacional seria realizada no Rio de Janeiro, na qual os mais imponentes pavilhões representavam os Estados de São Paulo e Minas Gerais, o que muito dizia sobre os novos moldes políticos aos quais o país se ajustava. Com o pretexto de comemorar o centenário da abertura dos portos brasileiros para o mercado externo, essa Exposição, no âmbito nacional, demonstrou caráter pedagógico no que diz respeito às singularidades de cada estado brasileiro em sua nova formação federalista. Os visitantes podiam compreender, de forma clara, as potencialidades regionais do país e suas características mais marcantes. Além disto, no âmbito da política externa, promoveu sólida propaganda dos produtos industriais do Brasil. E, considerando a necessidade do país em manter certa visibilidade econômica, a intenção de participar com mais empenho de uma próxima Feira Internacional era prioridade. A Exposição Nacional tornou-se, nesta perspectiva, uma espécie de laboratório para a organização do catálogo de riquezas do país, que prepararia sua participação na Exposição de 1910, em Bruxelas⁴⁴.

As reformas na morfologia urbana, certamente, estão articuladas à finalidade de transformar o Rio de Janeiro em uma capital do progresso. Neste sentido, o objetivo de uma Exposição Nacional não poderia ser apenas preparar o país para participar desses grandes eventos no exterior, mas, também, tornar a capital brasileira preparada para sediar uma Exposição Internacional – o que viria a acontecer, finalmente, em 1922, em comemoração ao Centenário de Independência do Brasil.

(...) estas Exposições passam a ser universais, mesmo se nas primeiras delas o "universo" esteja reduzido a alguns países da Europa Ocidental e aos Estados Unidos: são universais na medida em que esses são países portadores dos valores do progresso, que pela força da lógica inexorável do capital internacionalizado, tantas vezes acompanhado nos novos continentes coloniais pelo argumento das armas, transformaria o mundo num novo Império, legitimado desta vez, não pela cristianização do gentio, mas pelos valores da Civilização.⁴⁵

Apesar de iniciadas ao final do século XIX e intensificadas com Pereira Passos e o higienista Oswaldo Cruz na primeira década do XX, as “cirurgias” urbanas no Rio de Janeiro persistiram ao longo das administrações seguintes. Para a preparação da Exposição Universal de 1922, as reformas urbanas culminaram com uma das maiores remoções da história carioca: o desmonte do morro do Castelo. A remoção de um dos primeiros lugares a serem ocupados na

⁴⁴ NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*, *op. cit.*, p. 40.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 21.

colonização da cidade ocorria na administração de Carlos Sampaio – prefeito indicado pelo presidente Epitácio Pessoa, em 1920 –, que acumulava essa função com a de presidente da Comissão da Exposição. O morro do Castelo abrigava setores menos favorecidos da sociedade carioca e já era alvo de tentativas de desmonte desde o final do século XIX. Carlos Sampaio, incumbido desta dupla responsabilidade – do desmonte do morro e da realização da celebração do centenário – não hesitou em juntar o útil ao agradável. De acordo com Carlos Kessel,

as expectativas que cercavam a comemoração do Centenário da Independência dependiam efetivamente do trabalho da prefeitura. Os pavilhões da Exposição – que abrigariam as mostras dos principais produtos e atividades do Brasil e de 14 países estrangeiros – seriam construídos em duas áreas contíguas, que se estenderiam do Palácio Monroe ao mercado da Praça XV, e deveriam ser constituídas, em sua maior parte, por aterros provenientes do Castelo. Como confirmação da interdependência entre as duas realizações – arrasamento do Castelo e Exposição –, à frente das duas estava o mesmo personagem, o prefeito.⁴⁶

Cabe ressaltar o papel central assumido pelo Palácio Monroe nessa celebração: desde 1914 abrigando a Câmara dos Deputados Federais, seria requisitado em 1922 para abrigar a Comissão Executiva da Exposição do Centenário. Sedar um evento que havia sido exclusivamente pensado para as nações do concerto da modernidade ocidental promovia o Rio de Janeiro, definitivamente, à cidade-capital do progresso, signo dos avanços da República brasileira; e, nas palavras de Kessel, uma “dupla vitrine”, voltada intencionalmente para o exterior como potencialidade econômica e para os próprios brasileiros como demonstração das maravilhas da modernidade no estrangeiro. Além disso, a função de espelho também era fundamental, pois exaltava a imagem da nação para os próprios brasileiros. Kessel acrescenta:

A Exposição não teria somente o caráter de uma vitrine dupla, onde os visitantes do exterior conheceriam a riqueza e as potencialidades do país e onde os brasileiros teriam a oportunidade de tomar contato com as maravilhas do estrangeiro; o espaço tomado ao mar e ao Castelo deveria ser também um espelho, onde a cidade e a nação pudessem buscar a imagem que verdadeiramente queriam e deveriam projetar, a imagem do progresso, da civilização, da higiene e da beleza. Dia a dia, no movimentado ano de 1922, o Rio de Janeiro assistia ao espetáculo diário do passado representado pelo Castelo se esvaindo em forma de lama pelas mangueiras hidráulicas, enquanto que sobre o aterro resultante tomavam forma os palácios e as avenidas.⁴⁷

Esse diálogo entre passado e futuro, realçado por Kessel, configurava o Distrito Federal ao longo de todas as suas drásticas alterações urbanas na primeira metade do século XX. Mas é importante manter em evidência as intenções destas operações no nível dos imaginários sociais: desde Pereira Passos até Carlos Sampaio, o que se pretendia era moldar um projeto

⁴⁶ KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho*, op. cit., p. 60.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 61.

nacional fundamentado em tradições, seja no âmbito da arquitetura, seja no que concerne às riquezas naturais do país a serem propagandeadas para o exterior. Em um primeiro momento, tais tradições (inventadas) procuraram afirmar a herança cultural europeia – especialmente a francesa – e a norte-americana para legitimar a identidade republicana brasileira. Mas aquilo que Carlos Kessel denomina de *surto neocolonial*⁴⁸ ganhou verdadeira expressão ao longo da segunda década do XX, ao procurar no passado colonial aquilo que poderia expressar simbolicamente a arte nacional. Carlos Sampaio, imerso nesta onda tradicionalista, convocou arquitetos renomados para realizar os projetos dos pavilhões nacionais do Centenário da Independência em estilo neocolonial, o que demonstrava a intenção de promover uma imagem do Brasil, metaforicamente representada pelo Rio de Janeiro modernizado, de fortes aspirações nacionais, desenvolvido e singular em sua cultura civilizada – aquilo que convém chamar de brasilidade.

Não seria equivocado se indicássemos a Exposição Universal de Bruxelas, em 1922, como o apogeu do Rio de Janeiro como cidade-capital – e, acima disto, capital vitrine do progresso. O gradual remodelamento urbano, em busca de uma legitimação do modelo republicano na expressão artística e arquitetônica do Distrito Federal, evidencia a consolidação de uma identidade cultural da cidade do Rio de Janeiro como coração da brasilidade. O que se torna necessário, aqui, é constatar a existência de outras brasilidades que não eram expressamente representadas pelas camadas sociais dominantes no começo do século XX, mas que solidificaram-se ao longo dos anos em novas narrativas nacionais. Estas narrativas, como qualquer representação cultural originada de um grupo social, entrariam em disputa no campo simbólico⁴⁹ na medida em que representavam projetos distintos de nação brasileira.

Tratando-se especificamente da arquitetura, entendemos que ela traduz a imagem da nação, quando mobilizada pelos agentes envolvidos com o poder do Estado para a consumação de um projeto de modernidade. Quanto ao que a arquitetura significa ou representa na realidade nacional brasileira, alguns daqueles agentes tornam-se figuras centrais, como porta-vozes de novos paradigmas. O arquiteto Lúcio Costa ditava as regras do jogo da modernidade desde a década de 1930, quando assume a direção da Escola Nacional de Belas Artes. Com o Estado Novo em 1937, integra a rede de intelectuais atuantes no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e mantém-se no cargo de primeiro diretor da Divisão de Estudos

⁴⁸ KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho*, *op. cit.*, p. 61.

⁴⁹ Estamos mobilizando o conceito de “campo de produção simbólica” de Pierre Bourdieu que, alinhado à noção de “poder simbólico”, fundamentaria, posteriormente, as teorizações de Roger Chartier quanto às representações coletivas. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Sobre o poder simbólico*, *op. cit.*, p. 12.

e Tombamento do mesmo órgão até a década de 1970, quando, apesar de aposentado, continua tendo voz ativa nos processos de patrimonialização e na definição dos valores da arquitetura brasileira. Não por acaso, à mesma época, comprometeu-se, a pedido do Governador Negrão de Lima, com um projeto urbanístico que trazia a promessa de novo estilo de vida carioca: a Barra da Tijuca⁵⁰. De acordo com as palavras de Márcia Chuva, Lúcio Costa, ao lado de outros intelectuais,

Tornaram-se, a um só tempo, funcionários dedicados do SPHAN, onde consolidaram todo um pensamento acerca do patrimônio histórico e artístico brasileiro, e os gênios fundadores de uma nação moderna, que se identificavam na crença comum que possuíam acerca da universalidade da cultura e da arte. Com base nessa crença, formularam as teses acerca do patrimônio cultural brasileiro que inseriram o Brasil no mundo civilizado.⁵¹

Para Lúcio Costa, “a arquitetura daria materialidade à nação, e seria esta a função primordial do SPHAN – dar concretude à nação”⁵². Márcia Chuva sustenta que a centralidade de Lúcio Costa nas atividades do Serviço estaria no seu envolvimento com três questões fundamentais: a preservação cultural, a produção arquitetônica moderna e a formação profissional do arquiteto. Assim, elaborando as bases conceituais da arquitetura modernista e, conseqüentemente, das concepções do SPHAN sobre o que caracterizava a arquitetura nacional, sua figura tornar-se-ia o elo entre o moderno e a tradição⁵³. Tratava-se, essencialmente, da construção de uma identidade nacional capaz de integrar o Brasil na rede de nações civilizadas, que reconheceriam, por fim, o patrimônio cultural brasileiro no “ritmo” artístico europeu. É neste sentido que o arquiteto terá protagonismo no processo de consolidação de um novo imaginário social sobre a identidade nacional brasileira, ao final da década de 1950.

Se considerarmos que a presença do Palácio Monroe representava um outro modelo de arquitetura, ao qual era atribuída uma perspectiva do que constituía a modernidade, à época em que foi erguido, entendemos a oposição de Lúcio Costa à preservação do Palácio como um bem nacional. Daniel Levy de Alvarenga, ao examinar as transformações urbanísticas que a cidade do Rio de Janeiro sofrera no início do século XX, sugere que o Palácio Monroe representava essa modernidade civilizatória, da qual o Brasil era integrante, como República:

A lógica que guiava toda essa transformação, e que não passava necessariamente pelos desejos dos habitantes da cidade, era a lógica da modernidade e da representação de uma nação que almejava ingressar no seletivo grupo dos países civilizados. E a construção do Pavilhão São Luiz,

⁵⁰ SANCHÉZ, Natália Padilha. *A invenção da Barra da Tijuca: a anticidade carioca*. São Paulo, 2009, p. 53.

⁵¹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *TOPOI*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, p. 314. Disponível em: < <http://revistatopoi.org/site/numeros-antiores/topoi7/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

⁵² *Ibidem*, p. 320.

⁵³ *Ibidem*, p. 321.

futuro Palácio Monroe, foi um símbolo desta aspiração, como já tivemos a oportunidade de destacar.⁵⁴

Além disso, entre os argumentos defendidos por Lúcio Costa em objeção à tentativa de preservar o Monroe na década de 1970, o ecletismo em si mesmo não poderia ser entendido como um estilo próprio a nenhum tempo histórico e sim “um hiato” na História da Arte e, conseqüentemente, da Arquitetura⁵⁵. As concepções de modernidade e tradição, coabitantes no interior do processo de construção do patrimônio histórico e artístico nacional, segundo Márcia Chuva, constituem a particularidade do modernismo brasileiro, movimento que persiste em ditar as regras para definir aquilo que vale lembrar como elemento da identidade nacional e o que deve ser apagado em termos de memória.

Saliente-se que a participação de Lúcio Costa nos debates acerca do tombamento do Palácio Monroe ou da plausibilidade de sua demolição é basilar, e mostra-se exemplo claro do que Levy de Alvarenga defendeu ao salientar a passividade dos habitantes diante das transformações urbanas. Por seu renome no campo da arquitetura e da preservação cultural, na qualidade de ex-diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do SPHAN⁵⁶, sua opinião era prestigiada e, muitas vezes, considerada um ultimato para definir aquilo que era a “boa arquitetura” – moderna e baseada na tradição – e o que era digno de ser considerado como patrimônio histórico e artístico nacional.

Assim, retomamos o ponto de partida deste tópico. Ao lado de Oscar Niemeyer, ao final da década de 1950, Lúcio Costa foi o responsável pelo plano piloto de Brasília, a nova Capital Federal que distanciava-se do Rio de Janeiro em diversos aspectos. Planificada para representar uma nova imagem nacional, pretendia expressar aquilo que havia de mais moderno, ordenado e racional na arquitetura brasileira e nas concepções de espaço urbano. Brasília foi, em si mesma, uma ruptura para a cidade do Rio. Foi e continua sendo antagonista do passado colonial, das marcas do tempo absorvidas pelas ruas cariocas e de suas tradições – entre elas, o conjunto de edifícios imponentes na principal avenida da cidade, que materializavam o regime republicano em signos.

Brasília tornou-se a negação de tudo o que havia sido proposto para representar a brasilidade na primeira metade do século XX. Era, não apenas, um embate entre modelos urbanos, mas entre polos de representação: de um lado, a modernidade (civilizatória, ocidental e europeia); de outro, a modernização (funcional, sóbria e autenticamente nacional). Era,

⁵⁴ ALVARENGA, Daniel Levy de. *Memórias, resistências e ressonâncias no processo de destruição do Palácio Monroe*. Dissertação, *op. cit.*, p. 93.

⁵⁵ IPHAN. *Processo de Tombamento nº860-T-72 (Volume I)*. Rio de Janeiro, 1972.

⁵⁶ E, posteriormente, do DPHAN e, por último, do IPHAN.

também, a expressão da disputa entre projetos de nação brasileira. Marly Silva da Motta define as cidades-capitais como espaços de monopólio da cultura e da política. Em suas palavras:

Núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, essas cidades exerceram, cada uma à sua maneira, a função de foco da civilização, polo da modernidade, baluarte da unidade, teatro do poder, e lugar de memória. No caso brasileiro, é amplamente reconhecido pela historiografia o papel central que a cidade do Rio de Janeiro ocupou no processo de montagem do Estado imperial e de construção da nação brasileira.⁵⁷

Nessa luta de representações, o Rio de Janeiro como capital-vitrine foi desmantelado por Brasília. Mas, o processo de esvaziamento simbólico, econômico e político da cidade é gradual e apenas inicia-se com a transferência da Capital, como destacamos no começo da discussão. Diante da consolidação de Brasília como novo polo da modernização, do desenvolvimento e do poder político, os resquícios da identidade político-administrativa do Rio de Janeiro, capital da modernidade, como era compreendida no começo do século XX, dificultariam a consumação deste projeto de esvaziamento. No espaço urbano, o Rio insistia em manter de pé a imponência do início do século, com algumas importantes instituições nacionais que não acompanharam o processo de transferência para o Planalto Central. Composto este quadro de dificuldades, destaque-se a necessidade de se inventar uma nova identidade social que unificasse a população da antiga vitrine e do estado do Rio de Janeiro, com toda sua extensão territorial e complexidades urbanas, sociais e econômicas⁵⁸. Marieta de Moraes Ferreira menciona esses obstáculos, ao examinar o processo de municipalização que pressupunha uma diminuição da autonomia alcançada pela administração da cidade, em relação às instituições federais ali sediadas.

É a partir da análise desenvolvida por Ferreira, na documentação referente à atuação de Ernesto Geisel, que encontramos a ponte entre o processo de esvaziamento do Rio e o desmonte do Monroe, em 1976:

Outro documento do Arquivo Geisel reforça a ideia de que a construção de uma nova identidade regional estava na ordem do dia das preocupações do governo e envolvia a dissolução de traços do passado e das antigas funções da cidade do Rio. Em um despacho do ministro Armando Falcão com o presidente Geisel, datado de 12 de junho de 1974, foi colocada em pauta uma solicitação do senador arenista Paulo Torres no sentido da preservação do Palácio Monroe, antiga sede do Senado no Rio. O ponto de vista do governo federal, expresso através dos argumentos de Armando Falcão, era que seria do agrado oficial "a transferência para Brasília do núcleo daquela casa do

⁵⁷ MOTTA, Marly Silva da. *De grande capital a mera cidade: o destino do Distrito Federal após a transferência da capital para Brasília*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1994, p. 5. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/6827>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

⁵⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política, *op. cit.*, p. 178.

parlamento que ainda funciona no antigo Palácio Monroe, no Rio, que está mal conservado internamente e dilacerado pelas obras do metrô". (...) Palco de instituições e eventos relevantes, era um símbolo dos mais importantes da memória do Rio-capital. Sua destruição enquadrava-se no esforço de apagar as marcas de uma representação do Rio como centro da nacionalidade.⁵⁹

O Palácio Monroe foi demolido em janeiro de 1976, após um longo processo de tombamento ter tramitado nas instâncias do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que sugeria a preservação do conjunto arquitetônico da Avenida Rio Branco, por seu caráter de testemunho histórico da *Belle-Époque* carioca. A impotência do IPHAN em determinar sua preservação, nos anos que antecedem o conhecido fim do Palácio, é um sintoma das discordâncias internas no órgão preservador quanto ao que poderia ser definido como identidade brasileira, frente ao ritmo acelerado de alterações no espaço urbano. A disputa entre Rio de Janeiro e Brasília, neste sentido, é a expressão da luta de representações entre as noções de modernidade e modernização. Mas essa disputa não se encerra em si mesma. Se esses debates acontecem nos marcos da discussão acerca do que deve ou não representar o rosto da nação brasileira, eles tornam-se, portanto, parte de um processo mais amplo de luta entre representações coletivas que se desenvolvem no âmago das mentalidades dos grupos sociais. Essa luta, entre dois projetos de brasilidade, encontra-se metaforicamente representada na tentativa de tombamento do Palácio Monroe, na qual os mesmos agentes que defendem a demolição são os que concebem o futuro e a modernização acima do passado e da tradição, inscritos no corpo urbano do Rio de Janeiro.

O desmonte do Monroe e o apagamento de seu testemunho histórico articulam-se aos esforços do governo Geisel para consolidar Brasília como capital da modernização e acabar com o problema – identificado, em um dos pareceres enviados ao General Ernesto Geisel, antes de ele assumir a presidência da República – como a “duplicidade de capitais”⁶⁰. Ainda tratando da documentação disponível no acervo virtual do CPDOC, em um despacho escrito pelo então Ministro da Justiça, Armando Falcão, para o Presidente Ernesto Geisel, em 1974, encontramos uma passagem que evidencia as intenções do governo militar em demolir o Monroe, mobilizando, para isso, a imprensa, de forma a convencer a opinião pública.

Palácio Monroe – Dentro do pensamento do Sr. Presidente, com referência ao destino do “Palácio Monroe”, no Rio, diligenciei junto à Direção de “O Globo”, “Jornal do Brasil”, “Manchete” e outros órgãos de divulgação, a fim de criar, no espírito da opinião pública, clima favorável à demolição do velho

⁵⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política, *op. cit.*, p. 179-180.

⁶⁰ ARQUIVO ERNESTO GEISEL. *Documentos enviados a Ernesto Geisel apresentando sugestões ao futuro governo*. 15 out. 1973. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal>>. Acesso em: 07 set. 2019.

imóvel. Várias notas já foram publicadas, no rumo do pensamento governamental.⁶¹

A tentativa de manipulação da opinião pública por meio da imprensa não era incomum na ditadura militar. O empenho para consolidar, no imaginário social, a imagem negativa do Palácio manifestou-se em uma campanha sólida pela destruição do imóvel, que contou com o apoio definitivo do jornal *O Globo*. Por outro lado, o *Jornal do Brasil*, também mencionado no trecho do despacho, não aderiu à campanha. As motivações que orientaram a decisão de um periódico aderir ou não às “sugestões” do governo federal são objeto para uma outra pesquisa mas, certamente, nos forneceria mais clareza quanto à agência desses veículos no processo de demolição do Monroe.

Já em outro despacho, datado de 12 de junho de 1974, o Ministro Falcão menciona uma conversa com o Senador Paulo Torres, então Presidente do Congresso Nacional, na qual teria manifestado sua opinião quanto à transferência do núcleo representativo do Senado, o “Senadinho”, do Monroe para Brasília e, posteriormente, sua eventual demolição, dadas suas condições “dilaceradas pelas obras do ‘Metrô’ carioca”⁶². Poucos dias depois, o Ministro deixaria clara sua sugestão de realizar o efetivo esvaziamento do Palácio e permitir a sua oportuna demolição:

Confirmando o entendimento que tive com o Senador Paulo Torres, Presidente do Congresso Nacional, sobre a transferência para Brasília do núcleo do Senado ainda existente no Rio (meu despacho de 12.6.74, item 3), permito-me sugerir se adotem providências no sentido de retirar do Monroe, igualmente, a representação do Estado-Maior das Forças Armadas (“EMFA”), que lá existe, assim também a “Confederação das Associações de Ex-Combatentes”. É o caminho mais curto para o esvaziamento total do prédio, do qual, depois, as picaretas cuidariam.⁶³

Este tipo de documentação, além de permitir alguma conclusão acerca das intenções do Governo Federal em apagar o Palácio Monroe, nos induz a acreditar que a própria ideia da demolição teria surgido nas mais altas instâncias governamentais. Ainda, nos leva a interpretar o caso do Monroe como um bom exemplo da fraqueza institucional do IPHAN, como órgão autônomo, possivelmente diante da atuação violenta e autoritária do Estado. As dissonâncias

⁶¹ ARQUIVO ERNESTO GEISEL. *Documentos referentes ao Ministério da Justiça, principalmente despachos do ministro Armando Falcão com o presidente Ernesto Geisel*. 09 jul. 1974. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal>>. Acesso em: 21 set. 2019.

⁶² ARQUIVO ERNESTO GEISEL. *Documentos referentes ao Ministério da Justiça, principalmente despachos do ministro Armando Falcão com o presidente Ernesto Geisel*. 12 jul. 1974. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal>>. Acesso em: 21 set. 2019.

⁶³ ARQUIVO ERNESTO GEISEL. *Documentos referentes ao Ministério da Justiça, principalmente despachos do ministro Armando Falcão com o presidente Ernesto Geisel*. 19 jul. 1974. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal>>. Acesso em: 21 set. 2019.

na política de preservação do patrimônio eram evidentes, não apenas pela consequente demolição do Monroe mas, também, pela discordância de alguns dos intelectuais que atuavam no interior da Instituição, quanto aos valores históricos e artísticos atribuídos ao conjunto da Avenida Rio Branco.

Trataremos das questões acerca das políticas de preservação do patrimônio nacional mais adiante, no Capítulo II. O que importou, aqui, foi a identificação de algumas das circunstâncias político-culturais nas quais se deu o arrasamento do Palácio Monroe, compreendendo, assim, as possíveis conexões deste processo com algo mais amplo, uma luta de representações entre Rio de Janeiro e Brasília e, conseqüentemente, entre as concepções de modernidade e modernização.

Uma conclusão parcial quanto ao problema proposto é, portanto, possível, considerando uma das hipóteses a se averiguar nesta pesquisa. Interpretamos o desmonte do Palácio Monroe como parte do processo de esvaziamento de sentidos da cidade do Rio de Janeiro, o que se confirma ao investigarmos o quadro maior, em que representações coletivas da identidade nacional brasileira constituem-se, por meio dos discursos de intelectuais, técnicos e especialistas, nas décadas de 1960 e 1970, que disputam entre si a hegemonia discursiva. No interior deste quadro mais amplo, observa-se o embate entre as representações coletivas do Rio de Janeiro e de Brasília que confrontam as noções de modernidade e de modernização atribuídas a essas cidades, embate explorado nesta etapa da pesquisa. E, por fim, e mais objetivamente, pode-se definir o desmonte do antigo Senado Federal como parte dessa disputa narrativa mais ampla. É na luta de representações que se torna possível investigar a existência de distintos projetos de nação brasileira, problema do qual nos ocuparemos mais adiante.

É preciso, portanto, que nos ocupemos um pouco mais deste conceito-chave, luta de representações, antes de examinarmos a documentação sobre a tentativa de tombamento do Palácio Monroe em 1972. Essa categoria de análise – expressa na figuração do antagonismo entre Rio de Janeiro (modernidade) e Brasília (modernização), ou nas distintas concepções de preservação do patrimônio, ou mesmo, nas diferentes narrativas da identidade nacional brasileira – precisa ser submetida a uma análise de discursos comprometida com o rigor histórico e, portanto, ciente da posição social que ocupam os indivíduos que elaboram essas mesmas representações. No capítulo a seguir, aprofundaremos o exame dessa noção, na medida em que tentaremos submetê-la aos processos históricos brasileiros e suas singularidades.

CAPÍTULO II – Entre o velho, o novo e a nação: as lutas de representações no Processo de Tombamento Nº 860-T-72

2.1. As lutas de representações como categoria analítica

A História Cultural, interessada nas práticas culturais de preservação da memória, se distancia das questões políticas e/ou econômicas e passa a enfatizar os esquemas de classificação e percepção sociais, isto é, a considerar as “representações coletivas como as matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social”⁶⁴. Incontornáveis para o campo em questão, as concepções de Roger Chartier serão mobilizadas para as reflexões aqui propostas: as lutas de representações como estruturantes de identidades sociais podem ser percebidas nas disputas narrativas que levaram à demolição do Palácio Monroe. De acordo com Chartier:

Trabalhando sobre as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “ser-percebido” constitutivo de sua identidade.⁶⁵

O trabalho de Roger Chartier, desenvolvido nas décadas de 1970 e 1980, fundamenta-se sobre as considerações de importantes nomes da Sociologia, como Émile Durkheim e Pierre Bourdieu. Para o historiador, as representações governam o mundo e a vida social, como assinalou Durkheim, mas, para além disso, movimentam-se em uma dinâmica própria de confronto e renovação. Chartier compreende que esta dinâmica resulta em novas representações. Em um diálogo constante com as Ciências Sociais, ele trouxe para a disciplina histórica um considerável esforço de renovação dos métodos próprios à História Social – quantitativos, estatísticos – e encontrou na categoria analítica “representação coletiva”, como propôs Bourdieu, uma nova abordagem para os objetos de estudo do historiador. Ao projetar a necessária conexão entre os temas da cultura e as dinâmicas sociais, Chartier sinalizou a existência de uma relação inevitável entre representações, dominação e poder. Isto significa que, tratando-se de narrativas elaboradas por certos sujeitos sociais, não é possível considerá-las neutras, uma vez que dão vida à pretensão de um determinado grupo de legitimar sua dominação sobre outros grupos ou indivíduos. Em suas palavras:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a

⁶⁴ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 72.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 73.

impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso essa investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.⁶⁶

Em um debate com o historiador José Sérgio Leite Lopes, em 2002, Chartier assinalou a contribuição de Pierre Bourdieu para os estudos históricos, principalmente no tocante à elaboração do conceito de *luta de classificações*, ou, como se apropriou Chartier e o fazemos novamente nesta pesquisa, a luta de representações. Ao mesmo tempo, é inevitável que a noção de mentalidades tenha sido substituída pela de representações, permitindo um afastamento da tradicional fenomenologia social, por meio da qual poderíamos simplesmente ignorar as múltiplas formas que um indivíduo, ou grupo, estabelece para relacionar-se com o mundo. As reflexões de Bourdieu teriam permitido, segundo Chartier, que os historiadores indagassem sobre

a relação entre as determinações externas, a incorporação destas determinações e, finalmente, as ações. E é a razão pela qual o conceito de representação que Bourdieu utiliza, o conceito de classificação – de luta de representação, de luta de classificação – se tornou uma categoria essencial, porque permite instalar a análise dentro da herança da sociologia e da antropologia fundadora de Mauss e de Durkheim. E a categoria de representações coletivas, tal como foi definida por Durkheim e Mauss, aponta para a incorporação, dentro do indivíduo, do mundo social a partir de sua própria posição dentro deste mundo, como se as categorias mentais fossem resultado da incorporação das divisões sociais e definissem para cada indivíduo a maneira de classificar, falar ou atuar.⁶⁷

Na constituição das identidades sociais, as representações que regem estas práticas, individuais ou coletivas, ganharam papel fundamental, no campo da História, ao englobar as percepções de si mesmo e dos outros, elaboradas por cada sujeito social, ou pelo grupo. Neste sentido, o entendimento das categorias mentais, ou mentalidades desses sujeitos e/ou grupos, como resultado, tão somente, das condições externas ao indivíduo, é substituído pela reflexão e pela pesquisa voltada para a capacidade desse mesmo indivíduo e/ou grupo de se perceber e conceber o mundo social. Os historiadores adotaram, então, a noção de “representação coletiva”, enunciada por Bourdieu e apropriada por Chartier, afastando-se, assim, das

⁶⁶ CHATIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, *op. cit.*, p. 17.

⁶⁷ *Idem*. Pierre Bourdieu e a história. Debate com José Sérgio Leite Lopes. Revista *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2002. p. 152. Disponível em: <<http://revistatopoi.org/site/numeros-antiores/topoi4/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

explicações deterministas, socioeconômicas e/ou estruturalistas, ampliando, por conseguinte, os horizontes da epistemologia histórica.

A definição do ser social, da identidade social, é dada assim não unicamente a partir das condições objetivas que definem as categorias sociais, mas, como diz Bourdieu, do ser percebido por si mesmo ou pelos outros. Daí a luta constante de classificações. E daí também uma visão dinâmica do mundo social, baseada não unicamente na ideia de hierarquia, que remete a níveis desiguais do ponto de vista socioeconômico, mas na ideia de que as representações e os discursos que anunciam estas representações pertencem à construção do social.⁶⁸

Apesar de determinantes e, ao mesmo tempo, determinadas pelas estruturas sociais, as representações não são completamente dependentes daquelas e desenvolvem uma dinâmica autônoma, na medida em que disputam, no campo do simbólico, o domínio da realidade social. Bourdieu já havia indicado a relação interdependente entre “poder simbólico” e estruturas. Aquele, no lugar de importante instrumento analítico, pode ser compreendido como o “poder de construção da realidade”⁶⁹, por intermédio de *sistemas simbólicos* que são, ao mesmo tempo, estruturantes e estruturados pelo mundo social. É por meio destes sistemas que é possível estabelecer uma ordenação das classes e frações de classes, entre aqueles que detêm o poder político – e, conseqüentemente, o capital simbólico a ele atribuído – e os que são submetidos a esta hierarquia social.

As religiões, a linguagem, a ciência, e outros universos simbólicos de uma sociedade são constituídos pelas representações coletivamente produzidas, presentes no imaginário de um determinado grupo. Estas representações não são estruturas rígidas, nem apenas a reprodução de uma divisão entre classes, ou localizações socioeconômicas. Encontram-se, por outro lado, sempre em disputa pelo poder simbólico, o que, de uma perspectiva estruturalista, reflete-se, também, na disputa entre classes e grupos sociais distintos pela legitimação de sua própria identidade social. Uma reflexão esclarecedora sobre o papel das produções simbólicas como instrumentos de dominação, encontra-se nesse trecho de Pierre Bourdieu:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (...) O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes.⁷⁰

⁶⁸ CHARTIER, Roger. *Pierre Bourdieu e a história*, op. cit., p. 153.

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. *Sobre o poder simbólico*, op. cit., p. 9.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 11-12.

Retornando a Chartier, observa-se uma atenção especial para as práticas coletivas que fazem parte deste tipo de disputa. Para o historiador, as práticas coletivas e individuais que, articuladas, constituem os esquemas que modelam as estruturas do mundo social, ao tornarem-se objeto-problema da História Cultural, rompem com a dicotomia entre o real e a representação, ou seja, o real poderia ser examinado por meio de dados objetivamente confrontados, ao passo que a representação, não, uma vez que se caracterizaria por sua subjetividade⁷¹.

Entre as práticas coletivas examinadas nesta pesquisa, exploramos as possibilidades, não aventadas por Chartier em seu trabalho⁷², que correlacionam-na com o campo de estudos voltados para o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Trata-se, portanto, de examinar as práticas culturais de preservação da memória, sejam estas as que “visam reconhecer uma identidade social”, sejam aquelas que, institucionalizadas, “marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade”⁷³. No Brasil, desde 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN, vem orientando as práticas de preservação dos elementos que compõem a identidade cultural brasileira. O tombamento de um determinado bem, como instrumento de reconhecimento e de proteção do Patrimônio Cultural⁷⁴, pode ser solicitado por qualquer grupo social ou indivíduo, mas sua efetivação só acontece após um extenso debate entre instituições, sujeitos e os próprios integrantes do órgão preservador, no intuito de se avaliar a importância do bem em questão para a nação. O processo administrativo do tombamento torna-se, por fim, um aglomerado de discursos de partes distintas, tanto em favor da preservação do bem, conjunto ou prática cultural, quanto o seu contrário.

Na tentativa de tombamento do conjunto arquitetônico da Avenida Rio Branco, em análise nesta pesquisa, os pareceres elaborados e os discursos divulgados pelos agentes envolvidos enunciavam, em alguma medida, ao menos duas lutas de representações: primeiro, a disputa entre as noções de modernidade e modernização que, do ponto de vista da Arquitetura e do Urbanismo, fundamentavam opiniões e práticas acerca da inovação urbana. Ocupamo-nos deste embate, expresso no antagonismo entre Rio de Janeiro e Brasília, no Capítulo anterior.

⁷¹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, *op. cit.*, p. 27.

⁷² Trabalho este que se consolidou muito mais acerca da Literatura como um sistema simbólico no qual as representações atuam e determinam formas de leitura, interpretação e escrita.

⁷³ Chartier, neste trabalho, não discorre acerca das práticas culturais de preservação, porém, compreendemos que esta caracterização de práticas (políticas, sociais, culturais, discursivas, escolares) pode ser mobilizada, também, para esta modalidade, já que ela é, também, uma prática cultural e coletiva que constrói, da mesma forma que outras, o mundo como representação. Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, *op. cit.*, 1990, p. 23.

⁷⁴ Definição disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

Segundo, as distintas concepções de patrimônio histórico e artístico nacional, postas em confronto, e que disputavam o domínio das práticas preservadoras, das quais trataremos a seguir. Uma das características desses embates travados por determinados grupos em posição de poder, é a constante produção de sentido e inteligibilidade do mundo social. Não fossem as representações coletivamente forjadas por esses grupos, não seria possível consolidar a posição de poder que ocupam, nem legitimar a dominação que exercem, no campo do imaginário social, sobre outros grupos. Nas palavras de Chartier:

Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...).⁷⁵

Neste sentido, no processo de demolição do Palácio Monroe, uma terceira batalha de representações mais ampla é constituída, na qual se inscrevem as duas últimas: a disputa entre projetos de nação brasileira e narrativas nacionais adotadas por determinados sujeitos ou grupos do meio intelectual. Ainda no Processo de Tombamento 860-T-72 e nas documentações complementares, sob a guarda do IPHAN⁷⁶, observa-se que as narrativas elaboradas acerca do Monroe, da simbologia e dos sentidos atribuídos à edificação não são uníssonas: se, por um lado, alguns interpretam o Palácio como um signo do passado, testemunho histórico de um Rio de Janeiro que não existe mais – o Rio capital-vitrine de uma nação moderna e herdeira da Europa ocidental –, outros definem o Monroe como apenas a representação de um hiato entre distintos momentos da produção arquitetônica brasileira, defendendo uma noção de modernização e de inovação urbana, sintetizada na imagem de Brasília. As representações coletivas elaboradas sobre o patrimônio histórico e artístico, a modernidade e, conseqüentemente, a identidade nacional brasileira, são as que fundamentam determinadas práticas e discursos a serem adotados por esses grupos, que divergem em sua percepção do real, constituindo, assim, as identidades sociais conflitantes e as relações de dominação.

As representações em disputa, portanto, fazem parte do processo de construção do imaginário social de uma determinada comunidade, tempo, ou espaço. Quando se trata de narrativas nacionais – discursos elaborados pelas elites letradas, políticas e econômicas, acerca

⁷⁵ CHATIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, *op. cit.*, p. 17.

⁷⁶ Como por exemplo, o Dossiê “Histórico e descrição do bem”, integrante da série *Inventário do Palácio Monroe*, também examinada neste trabalho.

dos elementos que devem ou não integrar a identidade cultural de uma nação, incluindo os bens patrimoniais – a construção do imaginário nacional, por meio destas narrativas, é, também, resultado dos conflitos entre representações. A nossa interpretação é a de que a representação coletiva de brasilidade adotada por um determinado grupo social não daria importância suficiente ao testemunho histórico atribuído ao Palácio Monroe, na medida em que valorizaria a evolução da nação, expressa no modelo urbano de Brasília. Por outro lado, haveria uma percepção de brasilidade que compreende a remodelação da cidade do Rio de Janeiro, incluindo a abertura da Avenida Central e seus expoentes arquitetônicos, como importante representação da passagem do Império para a República e da mentalidade urbana que se impôs à época, valorizando o papel da cidade em trazer a modernidade civilizatória, no início do século, para o Brasil. Estas duas elaborações discursivas teriam disputado a hegemonia narrativa da significação atribuída ao Palácio Monroe na década de 1970.

Assim, a luta de representações está imersa em um jogo de símbolos, emblemas, ritos e outros elementos que, constituindo o imaginário coletivo de uma sociedade, tornam possível o exercício do poder social e político de um grupo sobre outro. Bronislaw Baczko, tratando dos imaginários sociais como representações específicas, reconhece que “todo poder procura monopolizar certos emblemas e controlar, se não gerar, a utilização de outros”⁷⁷. Estes mesmos símbolos são formados pelas representações coletivas no interior das quais se articulam as ideias e as imagens sobre e de um mesmo objeto.

Baczko também reitera o papel fundamental atribuído às novas tecnologias e aos veículos de comunicação em massa na manipulação destes imaginários sociais⁷⁸, o que nos leva a admitir a agência destes veículos na formulação de representações coletivas e na consolidação da disputa no campo do simbólico pelo poder, como tentamos demonstrar anteriormente por meio do exame da documentação do Arquivo Geisel. Tânia Regina de Luca assinala a importância das fontes originárias da imprensa, ressaltando que o historiador deve considerar “condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado”⁷⁹. É por isso que consideramos necessária, também, a análise dos veículos de imprensa nos quais circulavam notícias acerca da proposta de tombamento ou da demolição do Monroe, entre 1972 e 1976, no intuito de

⁷⁷ “Tout pouvoir cherche à monopoliser certains emblems et à controller, sinon gérer, l’usage d’autres”. Cf. BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux*. Mémoires et espoirs collectifs, *op. cit.*, p. 18. Tradução nossa.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 21.

⁷⁹ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 139.

compreendermos de que maneira esse processo era veiculado e quais narrativas foram elaboradas para tratar da edificação. A análise de discurso como metodologia fundamental pode auxiliar nesta tarefa no sentido de que oferece instrumentos metodológicos “que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa”⁸⁰. Afinal, já mencionamos que o jornal *O Globo* aderiu à iniciativa do Presidente Geisel, no sentido de estimular a opinião pública para que se tornasse favorável à demolição do imóvel; e que o *Jornal do Brasil*, não agiu da mesma maneira, ao produzir uma campanha intensa contra a demolição do Monroe.

No primeiro Capítulo, tratamos da primeira luta de representações mencionada acima, a oposição Rio-Brasília. Nos próximos tópicos, discorreremos acerca das outras duas lutas de representações, a começar pela disputa entre as distintas representações de patrimônio histórico e artístico nacional, que levaram alguns personagens a enunciar e a defender distintas concepções de preservação da memória.

2.2. Entre o moderno e a tradição: as concepções de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional em disputa

Na década de 1970, a longa trajetória do pavilhão era mobilizada pelos intelectuais envolvidos com as práticas de preservação para conferir ao então Palácio Monroe o *status* de patrimônio histórico e artístico nacional, o que garantiria sua conservação. Apesar da importância que o Palácio alcançou naquela missão de que foi incumbido no início do século, a de exaltar a república brasileira como espaço aberto para investimentos, o significado atribuído a ele, mesmo como sede do Senado Federal no então Distrito Federal, teria sido ignorado por determinados agentes sociais. Não seria um equívoco afirmar que a transferência da Capital para Brasília inicia o esvaziamento de sentidos do Palácio Monroe e seu declínio. Ao longo da década de 1960, o Palácio vai sediar o Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil (EMFA), além de um núcleo representativo do Senado no Rio de Janeiro – o “Senadinho” – que indicava a difícil transição pela qual passava a cidade como ex-capital. Em fevereiro de 1976, Feliciano Moraes, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, publicava na sessão de Cartas dos Leitores do periódico *Jornal do Brasil* sua indignação com a demolição do Palácio, que já iniciada em janeiro:

As sucessivas notícias sobre a venda dos materiais do Palácio Monroe têm prolongado a mágoa dos que – como o signatário – foram contrários à demolição do imóvel. (...) Pois não é para menos. E tudo porque o tombo da picareta falou mais alto do que o outro, o homo-antônimo [sic], o tombo da

⁸⁰ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos, *op. cit.*, p. 139.

Arte e da História, o da preservação. Lembrou o *Informe JB* de 13 do mês passado que quando tramitava o projeto de demolição do Copacabana Palace, de propriedade particular, “o Governo Federal, com justa razão, intercedeu em defesa da silhueta da cidade”. Pode-se contestar o valor do Monroe, imóvel, aliás alguns anos mais antigo, na formação da silhueta das bandas da Avenida Rio Branco e Praça Floriano? Curiosamente, o Palácio do Conde dos Arcos, na Praça da República, está tombado como antiga sede do Senado, no Império e na República. E o Monroe, que acolheu a Câmara e Senado republicanos, não merecia idêntica proteção?⁸¹

O “tombo da picareta” se sucedeu a uma tentativa bem articulada, entre diversos grupos de prestígio social e instituições de renome, de tombar o Palácio como patrimônio histórico e artístico nacional. O Processo de Tombamento nº 860-T-72 do IPHAN sugeria a preservação e conservação do conjunto arquitetônico da Avenida Rio Branco que caracterizava o Rio de Janeiro como cidade-capital da modernidade no início do século: a Escola Nacional de Belas Artes, o Tribunal de Justiça, a Biblioteca Nacional, o Derby Clube, o Jockey Clube, o Clube Naval, o Teatro Municipal, a Câmara dos Vereadores, o Edifício da Antiga Caixa de Amortização e o Palácio Monroe, além da própria Avenida e o obelisco que assinalava sua inauguração em 1905. O exame desse conjunto de documentos, na medida em que nos alinhamos à perspectiva de Maria Cecília Londres Fonseca quanto aos processos de tombamento a partir da década de 1960, nos leva a admiti-los como:

verdadeiros dossiês, a que são anexados não apenas os documentos oficiais (pedido de tombamento, notificação ao proprietário, pareceres, atas do Conselho Consultivo, eventuais impugnações e contrarrazões, etc.) como todo material que diga respeito ao processo (recortes de jornais e revistas, cartas, abaixo-assinados, informações extraídas de livros e folhetos, fotos, plantas, desenhos, etc.). Dado o seu formato – todos os documentos são organizados em ordem cronológica –, esses dossiês nos permitem acompanhar a história desse processo de ressemantização de um bem que constitui um processo de tombamento e entender não só o seu desfecho como também, considerando o universo dos processos, os critérios que nortearam a prática de preservação no período 1970-1980.⁸²

O Processo foi protocolado no IPHAN por solicitação do Clube de Engenharia e da manifestação de apoio ao tombamento do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). A principal motivação para a solicitação era a ameaça ao valor histórico do conjunto pela construção de um arranha-céu na sede do Jockey Clube. A especulação imobiliária e a inovação urbana tornavam-se, cada vez mais, alvo de preocupação geral entre os órgãos de preservação do Patrimônio, provocando novas discussões quanto aos limites para o convívio entre o novo e o velho no

⁸¹ *Jornal do Brasil*, 5 fev. 1976.

⁸² FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 194.

espaço urbano. Considerando o conjunto arquitetônico uma unidade de testemunho histórico, o tombamento deveria abranger todos os edifícios mencionados acima, no intuito de evitar a descaracterização do tempo histórico a ser lembrado. Contudo, apesar de o conjunto ter sido, em parte, tombado e protegido pelo órgão de preservação nacional, o Palácio Monroe e o obelisco não o foram.

Sendo parte do próprio conjunto a ser tombado, que dialoga com o cotidiano dos habitantes da cidade, estabelecendo vínculos de pertencimento e reconhecimento, o Palácio Monroe poderia ser considerado não menos do que um lugar de memória⁸³. Mas o que sucede é sua demolição em janeiro de 1976. As políticas de preservação patrimonial no Brasil já haviam sido adaptadas algumas vezes ao longo das décadas subsequentes à inauguração do SPHAN. Todavia, tudo indica que, apesar da dimensão discursiva já ter consolidado a noção de conjunto ou sítio urbano como monumento histórico, passível de preservação⁸⁴, a dimensão prática, como sempre, precisou lidar com um lapso temporal para o fazer. A Carta de Veneza, elaborada em 1964 no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em seu primeiro Artigo, havia definido como monumento histórico, “a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”⁸⁵. Este enunciado cumpria a função de estimular uma prática patrimonial comum no plano internacional, ainda que respeitando as singularidades de cada contexto cultural nacional para a aplicabilidade destas premissas.

A Carta admitia, ainda, que a finalidade da conservação de um determinado conjunto urbano ou construção isolada deveria ser “salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”⁸⁶. A transferência da Capital para Brasília e a posterior extinção do núcleo representativo do Senado no Rio de Janeiro tornam o Palácio Monroe um incômodo entre arquitetos, engenheiros e os grupos preservacionistas da década de 1970. O futuro da edificação,

⁸³ Pierre Nora desenvolveu considerações acerca deste conceito, na medida em que tentava encontrar aproximações e divergências entre memória e História. A singularidade dos lugares de memória, segundo Nora, está na mistura entre a vontade de memória e a agência do tempo e da História. “Todas as aproximações históricas e científicas da memória, sejam elas dirigidas a da nação ou a das mentalidades sociais, tinham a ver com a *realia*, com as próprias coisas cuja realidade em sua maior vivacidade elas se esforçavam por apreender. Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou história; ao contrário. Mas o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história.” Cf. NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 1993.

⁸⁴ ICOMOS. *Carta de Veneza*. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, 1964.

⁸⁵ ICOMOS. *Carta de Veneza*, *op. cit.*, p. 1.

⁸⁶ ICOMOS. *Carta de Veneza*, *op. cit.*, p. 2.

já desfigurada pelas obras do metrô⁸⁷, seria decidido nas acirradas discussões entre membros do IPHAN e de outras instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Escola de Nacional Belas Artes.

Entre os técnicos e especialistas contrários à preservação do Monroe como patrimônio histórico e artístico nacional, em 1972, estava Lygia Martins Costa, chefe da Sessão de Artes do IPHAN, segundo a qual o Palácio Monroe, assim como o obelisco que inaugurara a Avenida Central no início do século, “no contexto dos novos gabaritos, perderam escala e reduziram-se a elementos inexpressivos”⁸⁸. A museóloga, no parecer enviado ao diretor do órgão, Renato Soeiro, faz uma análise de cada construção individualmente, alegando que não haveria porque dar prosseguimento à preservação. Argumenta, ainda, que a importância histórica do conjunto – que, para ela, há tempos não representava unidade alguma – dizia respeito somente ao Rio de Janeiro e, portanto, seu tombamento seria competência do Serviço de Patrimônio da Guanabara e não do IPHAN.

Os argumentos de Lygia Martins Costa são rebatidos por Paulo Santos, conselheiro do IPHAN, que salienta a importância do testemunho histórico do conjunto arquitetônico em questão não só para a cidade do Rio, mas para toda a nação. Além disso, a ideia de que a incumbência de preservar, ou não, era estadual e não federal, facilmente rejeitada, portanto, quando o conselheiro relembra diversos casos de tombamento, por parte do IPHAN, de monumentos na cidade do Rio. Conforme Santos,

Trata-se de um conjunto de edifícios que mantém viva a lembrança do Rio de Janeiro suntuoso, aparatoso, vaidoso e algo ingênuo da Belle-Époque. Rio Capital-Federal, já com fumaças de metrópole. Recordações que hoje nos fazem sorrir com compreensiva simpatia, não excluída de apreço e admiração. (...) De há muito que os que se incubem da proteção aos monumentos preocupam-se mais com os conjuntos de edifícios do que com os monumentos isolados. Além da Carta de Veneza e da lei Malraux, atualmente em execução, citados na proposta de tombamento das duas associações de classe é, igualmente, a tese defendida pelo saudoso Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade em um de seus últimos escritos (...) à preservação de sítios urbanos e rurais. Nosso Patrimônio Histórico e Artístico, além de cidades inteiras como Ouro Preto, Parati e Alcântara, tem tombado setores de zoneamento, como em Salvador, e praças ou conjuntos de edifícios (...).⁸⁹

⁸⁷ É necessário assinalar que a desfiguração do Monroe se deu ao longo de muitos anos, principalmente com a adaptação necessária para receber a Câmara do Senado na década de 1920. As obras do metrô não descaracterizaram o Palácio, mas foram responsáveis pela remoção temporária das escadarias principais que, guardadas no interior do Palácio, deveriam ser posteriormente restauradas da forma como encontravam-se antes do início das obras. A remoção das escadarias foi o que causou confusão na percepção de alguns quanto à responsabilidade da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro pela demolição do Palácio.

⁸⁸ IPHAN. *Processo de Tombamento nº860-T-72 (Volume I)*, p. 24.

⁸⁹ IPHAN. *Processo de Tombamento nº860-T-72 (Volume I)*, p. 17.

Evidentemente, apesar de o discurso do conselheiro recomendar o tombamento da edificação e de todo o conjunto em questão⁹⁰, o que prevaleceu foi a posição contrária. A demolição do Palácio Monroe acontece quatro anos mais tarde na contramão do argumento de valor histórico defendido por Paulo Santos. Para Regina da Luz Moreira, destaca-se o fato de o Palácio ter sido construído com estrutura metálica, especificamente para permitir sua desmontagem e posterior edificação na capital. Tal peculiaridade, ao invés de mantê-lo erguido sob a alegação da originalidade para a época de sua construção, teria sido ignorada entre os que preferiam a demolição, pelo desagrado que causou entre os defensores da nova arquitetura moderna⁹¹. Nota-se que seu arrasamento inscreve-se no debate sobre os valores que devem, ou não, ser preservados como a imagem da nação brasileira. O que se torna central nesta disputa narrativa são, de um lado, os valores artísticos e arquitetônicos representados por determinadas características da construção – sua adequação, ou não, às finalidades que lhe são atribuídas; seu estilo; materiais empregados em sua edificação –, enquanto, de outro, as dimensões do simbolismo e do testemunho histórico que acabam preteridas, indicando certa descontinuidade na política preservacionista. Para Maria Cecília Londres Fonseca, o posicionamento de Paulo Santos, neste momento, é pelo valor histórico do conjunto:

Paulo Santos se alinhava, portanto, aos que reconheciam a relatividade dos juízos de valor contra qualquer princípio canônico no ato de valoração que discriminasse estilos na história da arquitetura – como faziam os arquitetos modernistas. Desse ponto de vista, o valor histórico do conjunto como único testemunho de alto porte da *belle-époque* na capital da República adquiria maior importância em termos da indicação para tombamento. Paulo Santos considerava o ecletismo como estilo estética e arquitetonicamente válido, na medida em que se propunha a analisá-lo à luz do momento histórico em que emergiu. Via nesse estilo um documento da evolução da arquitetura e a expressão de seu tempo, final do século XIX e início do XX (...).⁹²

A decisão pela demolição e não pela preservação implica a formulação ou a adoção de noções do que pode ser considerado histórico e artístico e, especialmente, cultural, à época. O desmonte do Monroe relaciona-se aos novos rumos da “moda” urbana, aos modelos arquitetônicos consagrados pelos órgãos de preservação patrimonial e, evidentemente, à especulação imobiliária. Esta, na verdade, era a grande pedra no sapato dos adeptos da

⁹⁰ Paulo Santos muda sua perspectiva quanto à preservação do Palácio Monroe após a manifestação de Lúcio Costa. A opinião final de Santos, no Processo, é pela oportuna demolição, embora nem mesmo o próprio arquiteto pareça ter se convencido da falta de significado da edificação. Contudo, as mutilações na forma do Palácio lhe serviram de argumento para negar a possibilidade de uma restauração.

⁹¹ MOREIRA, Regina da Luz. O palácio que virou memória: o Monroe e a construção do metrô carioca, polémica em tempos de ditadura. In: GOMES, Angela de Castro. *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 235.

⁹² FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo*, *op. cit.*, p. 204-205.

conservação. Maria Cecília Londres Fonseca, ao examinar a trajetória dos processos de patrimonialização no Brasil, que se deram a partir da década de 1930 com o projeto centralizador de Estado⁹³, faz um balanço das políticas preservacionistas entre as décadas de 1960 e 1980, assinalando o problema da especulação imobiliária, tão presente no caso Monroe. Era uma dificuldade para o próprio IPHAN lidar com o rápido crescimento urbano herdado do desenvolvimentismo dos anos 50. De acordo com ela, pode-se observar a falência do modelo de atuação do antigo SPHAN ao longo de suas três primeiras décadas, de caráter marcadamente cultural, diante do novo modelo econômico desenvolvimentista. Fonseca afirma que,

nesse período, a ideologia do desenvolvimentismo atrelou o nacionalismo aos valores da modernização. Foi a época áurea da industrialização, da urbanização e da interiorização, estimuladas pela construção de Brasília. As consequências para a preservação desse modelo de desenvolvimento repercutiram não apenas no nível simbólico – na medida em que essa ideologia se contrapunha à continuidade e à tradição – como também nos níveis econômico e social – devido ao intenso processo de migração para as capitais e à valorização do solo urbano, desarticulando processos espontâneos de preservação do patrimônio, tanto o edificado como o paisagístico. (...) A proteção dos conjuntos e do entorno dos monumentos passou a exigir um novo direcionamento.⁹⁴

Se considerarmos que este modelo econômico, adotado a partir da década de 1950, sobretudo durante o governo de Juscelino Kubitschek foi determinante para o fortalecimento da especulação imobiliária e para a modernização dos centros urbanos em constante crescimento, compreendemos a divergência entre os arquitetos e os especialistas do IPHAN quanto à preservação do Palácio Monroe, muitas vezes classificado como “trambolho”, uma vez que prejudicava o trânsito e ocupava um espaço de grande valor especulativo da cidade. O patrimônio só poderia ser preservado concomitantemente à inovação urbana.

Além disso, na qualidade de construção eclética, o Palácio só poderia ser tombado se fosse concebido como patrimônio artístico, representativo de uma das fases da arquitetura nacional – pois este era o valor em xeque e não o histórico. A consideração do valor artístico, contudo, a partir dos anos 1970, já demonstrava sofrer redefinições, pela emergência de novas perspectivas quanto ao valor histórico que, nas décadas anteriores, apenas servia aos bens sem qualidade estética⁹⁵. Mas, no caso do Palácio Monroe, nem mesmo a Carta de Veneza ou a lei

⁹³ Esse projeto procurava consolidar no imaginário popular certa noção, elaborada em grande parte por intelectuais liberais, de identidade nacional. Algo semelhante ocorre na década de 1970, já após a chamada “fase heroica” do IPHAN. O governo Geisel, em 1974, acaba por se apoiar nas políticas culturais como plataforma de consolidação de uma imagem de abertura democrática. A isto, anos mais tarde, se somaria a perspectiva de Aloísio Magalhães que, tendo em vista um projeto para o patrimônio nacional, moderniza a própria concepção do que poderia vir a ser considerado como tal e daquilo que ele entendia como bem cultural.

⁹⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo*, op. cit., p. 150.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 206-207.

Malraux, fundamentadas em critérios essencialmente históricos, foram capazes de favorecer sua conservação⁹⁶, diante da acelerada renovação urbana e da especulação imobiliária. A análise do Processo de Tombamento 860-T-72, especialmente no que se refere ao Monroe, leva-nos a concluir que a disputa de narrativas, presente nos pareceres dos agentes organicamente envolvidos com o Estado e com as práticas de preservação do patrimônio, constituía-se como um confronto entre os valores relacionados à História da Arte e/ou à História Política e os da Arquitetura, com seus princípios norteadores do que definiria uma estética moderna e uma “boa arquitetura”; essas diretrizes, de acordo com Lúcio Costa, deslegitimavam o ecletismo. O argumento histórico, a favor, e o argumento estilístico, contra, sobressaem nesse trecho de matéria publicada na *Tribuna da Imprensa*, em agosto de 1974:

O senador Paulo Torres fez o possível e o que estava a seu alcance para impedir a demolição do antigo Palácio, cuja inauguração foi realizada em 1903. Argumentou o presidente do Congresso **que o prédio merecia ser preservado, não propriamente pela sua apresentação exterior, que realmente não representa nenhum estágio da engenharia mundial, mas pelo que significa para a vida republicana do País, como um todo.**⁹⁷

Os aspectos simbólicos do Palácio Monroe não eram inerentes, exclusivamente, à edificação propriamente dita. Como ocorre com qualquer bem cultural a ser preservado, o simbolismo havia sido atribuído ao Monroe ao longo dos anos, considerando a variedade de funções que assumiu após ser construído no Rio de Janeiro. Daniel Levy de Alvarenga salienta essas atribuições de significado ao Palácio por meio da noção de “referência cultural”, mobilizada por Maria Cecília Londres Fonseca, em trabalho já mencionado. Ele ressalta que, apesar de tratar-se de um bem material, sua dimensão imaterial e simbólica remete a uma elaboração intencional de narrativa arquitetônica e, conseqüentemente, nacional, à qual articula-se a edificação do Monroe. Nas palavras de Alvarenga:

Se olharmos para o Palácio Monroe sob a perspectiva de uma edificação elaborada num estilo arquitetônico eclético predominante e valorizado no Brasil nos primeiros anos da República, que tinha como pretensão simbolizar o alinhamento da nação com o mundo civilizado e que, além disso, ganhou o primeiro prêmio internacional da arquitetura brasileira, podemos considera-lo como um suporte material que se constituiu como uma referência cultural

⁹⁶ A noção de “conservação” é mobilizada, aqui, em sua concepção mais ampliada que, a partir dos anos 1960, abraça a inevitabilidade da mudança e a necessidade de sua gestão e não pretende mais a petrificação do bem, como bem o fazia o conceito de preservação. Cf. CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. Fórum Patrimônio: Belo Horizonte, v.1, n.1, set./dez., 2007, p. 18. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/59>. Acesso em: 01 dez. 2019.

⁹⁷ *Tribuna da Imprensa. O fato nacional*. Rio de Janeiro, 6 ago. 1974, p. 5. Grifo nosso.

enquanto valorizado como uma marca distintiva por determinados grupos sociais.⁹⁸

Os argumentos favoráveis à preservação do Monroe retomavam frequentemente o estatuto de “testemunho histórico” como motivação central para que a construção pudesse ser considerada um patrimônio nacional. Essa justificativa nos interessa, na medida em que expressa uma perspectiva de preservação do patrimônio cultural que ultrapassa as limitações da visão bastante técnica de engenheiros e arquitetos que parecia dominar as premissas de conservação urbana adotadas pelo IPHAN.

Outra instituição de grande renome, no que diz respeito à construção de uma “comunidade imaginada”⁹⁹ brasileira, ao longo do século XIX e início do XX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, também interferiu nos debates acerca da demolição, ou do tombamento do Monroe. O IHGB constituiu uma comissão especial de arquitetos e engenheiros – incluindo Paulo Santos que, além de conselheiro do IPHAN, era sócio do IHGB – para tratar dos valores históricos, artísticos e simbólicos do Palácio a serem preservados. Em agosto de 1974, a Comissão presidida pelo Brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley emitiu um parecer oficial sobre o assunto. Após resumir a trajetória histórica da construção e exaltar o sucesso que o Pavilhão do Brasil obteve diante da imprensa internacional no início do século, conclui pela preservação do prédio, ressaltando seu valor histórico mas, também, arquitetônico:

O Palácio Monroe é um edifício de inegável valor histórico e arquitetônico, conforme se depreende da leitura dos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do presente parecer. O Palácio Monroe, tal como foi inicialmente construído, tornou-se uma glória da arquitetura nacional; é um dos poucos exemplos em que um edifício, projetado e construído por engenheiro brasileiro, teve repercussão internacional, numa época em que a engenharia e a arquitetura brasileiras ainda não tinham alcançado o alto conceito internacional que hoje desfrutam. Posteriormente, o Palácio Monroe teve a sua arquitetura calamitosamente desfigurada, principalmente pelo acréscimo de um andar na altura da base do seu zimbório e pelo fechamento das colunatas externas com paredes de vidro; assim como o edifício Palácio Monroe foi desfigurado ele poderá ser restaurado. Em consequência, a Comissão designada pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é de parecer, por maioria de votos, que o Palácio Monroe não deva ser demolido e que devam ser enviados esforços para que o edifício seja restaurado de modo a retomar, o mais possível, a sua forma original; assim procedendo, estaremos preservando um notável valor histórico e arquitetônico brasileiro e estaremos salvaguardando uma obra que, há setenta anos atrás projetou, gloriosamente, o nome do Brasil no estrangeiro.¹⁰⁰

⁹⁸ ALVARENGA, Daniel Levy de. *Memórias, resistências e ressonâncias no processo de destruição do Palácio Monroe*, op. cit., p. 112.

⁹⁹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁰⁰ IPHAN. *Processo de Tombamento nº860-T-72 (Volume II)*. Rio de Janeiro, 1972.

Como é possível observar, a ideia de preservação do prédio, neste caso, articulava-se à necessidade de restaurar sua forma arquitetônica, de acordo com o modelo original. Enquanto, por um lado, alguns defensores do tombamento acreditavam que o testemunho histórico prevalecia frente às extensas intervenções sofridas pela edificação ao longo de seus usos no tempo, outros sustentavam que não havia sentido em preservá-la, em razão dessas mesmas mutilações. Por mais que o IHGB se posicionasse a favor da preservação e, conseqüentemente, contrário à demolição do imóvel, a instituição adotava uma visão preservadora ainda muito fundamentada nos aspectos estéticos e da arquitetura, o que, mais tarde, tornar-se-ia mais um argumento em prol do arrasamento do Monroe.

Paulo Santos, o arquiteto que se posicionara pela preservação do edifício, após o pronunciamento de Lúcio Costa, muda de opinião sobre o caso. Já no documento que redigiu contendo informações sobre os debates acerca do Monroe, anexado ao parecer do Presidente do IHGB, Brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Paulo Santos demonstra-se favorável à demolição. O arquiteto justifica sua nova opinião, já manifestada anteriormente em resposta a Lúcio Costa, como conselheiro do IPHAN, argumentando a inviabilidade de se executar a restauração do Palácio Monroe, uma vez que custaria mais do que se estaria disposto a pagar. Além disso, segundo o arquiteto, a reforma seria justificável se o edifício tivesse um valor artístico excepcional, o que, segundo ele, não era o caso. Isto comprova que, mais uma vez, o valor histórico não teria sido suficientemente considerado nas decisões desses especialistas que pareciam priorizar a estética urbana e os princípios norteadores da Arquitetura para decidir pelo tombamento:

O edifício valia, menos pelas suas qualidades artísticas intrínsecas – foi sempre a minha opinião –, do que como testemunho histórico de acontecimentos memoráveis, já que a sua inauguração fora feita com a presença do Ministro Elihu Root, dos Estados Unidos da América do Norte, em viagem pela América do Sul, que discursou na solenidade, como o fizeram Joaquim Nabuco e Rio Branco. E, além disso, o mesmo edifício já se distinguira como Pavilhão do Brasil na Exposição de São Luiz, comemorativa da compra de Luisiana à França; e não passara, aqui no Rio de Janeiro, de uma reconstrução. Não se pode dizer que não tivesse o edifício qualidades artísticas: era leve, gracioso e obedecia às diretivas do Ecletismo que imperava na ocasião. Mas, essas qualidades perderam-se com as reformas a que foi submetido, que o desfiguraram de maneira só recuperável com um dispêndio em desproporção com os resultados que se obteria com o tombamento. (...) O orçamento para a reposição do prédio na sua forma primitiva seria altíssimo e em sã consciência eu não poderia recomendar a reforma, só justificável se se tratasse de um tombamento de conjunto, ou de um edifício de mérito artístico excepcional – e não é o caso.¹⁰¹

¹⁰¹ SANTOS, Paulo. A propósito do Monroe: informações para servirem ao Relatório do Brigadeiro Wanderley, Presidente da Comissão incumbida de dar parecer sobre a conveniência de preservação do edifício em epígrafe. 6 ago. 1974. In: IPHAN. *Processo de Tombamento nº860-T-72 (Volume II)*. Rio de Janeiro, 1972.

Assim como Paulo Santos, Lygia Martins Costa, chefe da Seção de Artes do IPHAN, manifestava seu posicionamento semelhante quanto aos valores artísticos pouco visíveis do Palácio, o que justificaria, para ela, sua demolição. A principal divergência a ser assinalada, aqui, é a veemente vontade de que o prédio desaparecesse, expressa pela museóloga, o que não o que não se encontra nos argumentos de Paulo Santos. Pelo contrário, o arquiteto, antes de determinar a inadmissibilidade dos custos com a restauração, insistiu algumas vezes no tombamento do Palácio, para que as reformas necessárias pudessem ocorrer posteriormente. Lygia Martins, assim como Lúcio Costa, defendiam o “desafogo da área” com a retirada do Monroe, que destoava da ambientação arquitetônica na qual estava situado. A perda do gabarito também era um argumento, já que a especulação imobiliária fizera surgir na Avenida Rio Branco arranha-céus muito mais altos do que o Monroe. Todavia, isto não justificava a demolição, já que o prédio da Escola Nacional de Belas Artes e o Teatro Municipal, bem como muitos outros propostos ao tombamento, também não combinavam com o novo gabarito, embora significassem, do ponto de vista simbólico, testemunhos históricos. Lygia Martins insistia:

O Monroe, como monumento isolado, não tem excepcional valor artístico, histórico ou paisagístico a recomendar-lhe o tombamento do IPHAN. De fato ele tinha expressão quando estava integrado numa ambientação arquitetônica de sua escala a de seu espírito, e as qualidades assinaladas pelo douto Professor afluavam harmoniosamente. Aviltado pelas interferências que sofreu para aumentar-lhe a área útil, e na ambiência desconforme em que se insere hoje, constitui a rigor uma nota destoante a mais no desarticulado conjunto.¹⁰²

A luta de representações pela perspectiva de preservação do patrimônio nacional não encerrava-se nos discursos de Lygia Martins, Paulo Santos e Lúcio Costa. O professor Trajano Garcia Quinhões, diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA), em entrevistas concedidas a diversos periódicos do Rio de Janeiro, insistia que não seria permitida nenhuma modificação no espaço compreendido entre Palácio Monroe e o Teatro Municipal que, segundo ele, era “área de ambiência e preservação locais”. O professor defendia que não havia fundamento para se cogitar a demolição do Monroe, indicando que as obras do metrô, muitas vezes acusadas como causadoras da demolição, procuraram

¹⁰² MARTINS COSTA, Lygia. Informação nº 321. Assunto: Pedido de tombamento do Palácio Monroe - Rio. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1974. In: IPHAN. *Processo de Tombamento nº860-T-72 (Volume I)*. Rio de Janeiro, 1972.

preservar a estrutura do Palácio ao resguardar as escadarias em seu interior durante as escavações¹⁰³.

Por outro lado, o historiador Feliciano Thaumaturgo Mendes de Moraes, em carta enviada ao *Jornal do Commercio*, defendia a restauração do Monroe assinalando seu valor histórico como critério principal. O periódico declarava-se contrário à demolição do imóvel federal, alegando incoerência em se propor a “destruição do patrimônio do povo, sem qualquer compensação”, quando havia precariedade nas instalações de diversos órgãos da administração federal¹⁰⁴. Para fortalecer o argumento em prol da edificação, o jornal refere-se à tentativa de demolição do Paço Imperial em 1921, proposta pela Câmara Legislativa, para que o Palácio Tiradentes, nova sede dos deputados federais, se destacasse no conjunto arquitetônico da Praça XV. Teria sido, de acordo com o periódico, Paulo de Frontin, prefeito do Distrito Federal àquela altura, o responsável pelo impedimento desta “infeliz proposta”, defendendo a permanência do Paço.

Embora esse acontecimento anteceda a criação do SPHAN, trata-se de um bom exemplo de como a valorização de prédios, na qualidade de testemunhos históricos vinha sendo submetida ao crivo de novos projetos de nação. No Rio de Janeiro, então capital, o Palácio Tiradentes, republicano e eclético – assim como o Monroe – representaria uma nova “comunidade brasileira imaginada”, à luz das reflexões de Benedict Anderson, por meio dos signos que compunham sua arquitetura. Por outro lado, o Paço Imperial, representando o velho passado colonial que se pretendia superar, poderia ter sido destruído em prol de uma nova estética urbana articulada ao novo projeto de identidade nacional. Como já mencionado, as práticas de preservação do patrimônio brasileiro não apresentaram, ao longo das décadas, continuidade no que diz respeito aos valores históricos.

No caso do Monroe, o projeto que vencia a disputa de representações travada no seio das elites intelectuais estimulava a demolição do imóvel, a partir de uma perspectiva de preservação voltada para os valores artísticos, de estética urbana e arquitetônica. No periódico *Tribuna da Imprensa*, em 24 de junho de 1974, na sessão “O fato político”, era possível observar a indignação de um leitor com a ideia de que o Monroe poderia ser cedido para o Estado da Guanabara, com o receio de que o Governador Chagas Freitas pudesse facilitar o esvaziamento total do edifício. Dizia o leitor:

(...) o fechamento puro e simples do Palácio Monroe não tem sentido, e muito menos para a cessão ao governo do Estado, como se afirma. Afinal, o Palácio Monroe não é um monumento apenas do passado. É, antes de tudo, uma

¹⁰³ *Tribuna da Imprensa. Patrimônio garante que Palácio Monroe continua.* 10 jul. 1974.

¹⁰⁴ *Jornal do Commercio. Historiador justifica restauração do Monroe.* 21 ago. 1974.

reliquia do presente. Pelo seu contexto, pelo seu estado e sobretudo, pela sua disposição, deve ser mantido como está, e não ser cedido pura e simplesmente para o governo do Estado, ainda mais se se levar em conta quem é o atual chefe do Executivo carioca. O senador Paulo Torres, se é verdade a versão que ninguém acredita, por certo reformulará a sua posição.¹⁰⁵

“Monumento do passado e reliquia do presente”, a antiga sede do Senado Federal sofreu inúmeros ataques por parte da campanha inclemente do jornal *O Globo* que, atendendo a uma solicitação do próprio Presidente da República e do Ministro da Justiça, Armando Falcão¹⁰⁶, empenhava-se em tornar a edificação sem sentido. Fernando Atique, em artigo publicado em 2011, afirma que a dimensão alcançada pela campanha pró-Monroe é ainda mais evidente nos jornais concorrentes d’*O Globo*¹⁰⁷. A campanha a favor do arrasamento do edifício realizada pelo jornal era tão intensa que trazia à público os comentários dos técnicos e especialistas envolvidos no debate em torno de seu tombamento. A cada nova oportunidade, registrava a insatisfação com a “monstruosidade” fincada de frente para a Baía de Guanabara:

velho e desajeitado Monroe, cada vez mais convertido num corpo estranho, um detrito arquitetônico a obstruir a bela perspectiva que deverá unir o Teatro Municipal ao Pão de Açúcar. (...) o governo do novo estado bem que poderia desde logo inscrever na sua coluna de crédito este inestimável serviço ao patrimônio estético do Rio, livrando-nos daquele trambolho, de todo imprestável.¹⁰⁸

Contudo, a proposta de tombamento do conjunto arquitetônico da Rio Branco fundamentava-se nas premissas de valor de testemunho histórico deste mesmo conjunto. O Monroe não seria, portanto, necessariamente, o porta-voz do espírito de uma época, mas uma parte importante desta representação. No *Jornal do Brasil*, o escritor Charles Dunlop manifestou-se a favor da demolição, certamente considerando a desfiguração da fachada do Palácio. Contudo, sua opinião demonstrava certa preocupação com a especulação imobiliária e com os avanços assustadores dos arranha-céus na Avenida Rio Branco:

Aquilo é um monstrengo sem nenhum valor arquitetônico, e além disso, está hoje inteiramente deturpado. Construíram umas “gaiolas de passarinho” nas galerias, os tetos estão pintados de cores vivas. Só acho que se é para construir mais um arranha-céu, é melhor que fique o Monroe mesmo.¹⁰⁹

¹⁰⁵ *Tribuna da Imprensa. O fato político*. Rio de Janeiro, 24 jun. 1974.

¹⁰⁶ Como procuramos demonstrar no capítulo anterior, pelo exame de documentos do Arquivo Geisel, do CPDOC/FGV.

¹⁰⁷ ATIQUE, Fernando. O Patrimônio (oficialmente) rejeitado: a destruição do Palácio Monroe e suas repercussões no ambiente preservacionista carioca, *op. cit.*, p. 11.

¹⁰⁸ *O Globo*, 9 abr. 1975. Apud MOREIRA, Regina da Luz. O palácio que virou memória, *op. cit.*, p. 258.

¹⁰⁹ *Jornal do Brasil. Praça Mahatma Gandhi não será transformada em novo estacionamento*. Rio de Janeiro, 28 set. 1974.

Mesmo para alguns defensores do arrasamento do edifício, o crescimento urbano, a cada vez mais insistente demanda por vias para o tráfego e a especulação imobiliária, eram preocupações incontornáveis. No Conselho Superior de Planejamento Urbano do Estado da Guanabara, a ideia de tombar o conjunto da Rio Branco surge em abril de 1972, antes mesmo de alcançar as instâncias do IPHAN. Como uma forma de impedir a construção de arranha-céus no lugar das sedes do Jockey Club e do Derby Club, Paulo Santos, que integrava o Conselho, propõe o tombamento fundamentando-se na Carta de Veneza e na Lei Malraux¹¹⁰. Lúcio Costa, na qualidade de arquiteto que também integrava o Conselho, manifestou-se de forma favorável ao tombamento do conjunto, propondo a inclusão do prédio do Clube Naval. Seu entendimento era de que, se era o caso de representar o espírito da época e impedir a construção dos arranha-céus que prejudicassem prédios como o da Escola de Belas-Artes, era necessário tombar o Clube Naval, no lugar do qual um prédio mais alto poderia prejudicar o Teatro Municipal.

Quando o Clube de Engenharia e o Instituto dos Arquitetos do Brasil levam ao IPHAN a solicitação de tombamento do mesmo conjunto, Lúcio Costa intervém de forma incisiva nessa noção de “conjunto”, dotado do atributo de testemunho histórico. Em seu parecer, com o título de “Problema mal posto”, ele parece ignorar, ou desprezar, a contribuição do Monroe para o sentido histórico do conjunto:

Este conjunto para ter sentido, tal como já foi dito, deveria de qualquer forma limitar-se ao trecho inicialmente proposto, isto é, dos Clubes à Bibliotheca, porquanto daí para diante já não tem qualquer significação, e Pereira Passos com a sua desenvoltura demolidora teria sido o primeiro a tirar dali o aviltado pavilhão Monroe cuja presença estorvante já não se justifica. O desafogo da área se impõe.¹¹¹

A perspectiva de Lúcio Costa torna-se peça fundamental nesta luta de representações entre distintas práticas de preservação do patrimônio. O posicionamento do arquiteto – muito influente nos debates relativos ao tombamento de bens materiais, sobretudo arquitetônicos – no caso do Monroe foi decisivo para que a decisão final: o apagamento do prédio e de seu conteúdo simbolismo. Até Paulo Santos mudou de opinião, após a intervenção de Lúcio Costa. Quando o conselheiro do IPHAN soube da existência do parecer de Lúcio Costa em oposição a vários de seus comentários quanto ao conjunto da Rio Branco, apressou-se em escrever, para o Diretor, Renato Soeiro:

(...) a inclusão de um pronunciamento de Lucio Costa no meu Parecer só virá valorizá-lo, mesmo que com conclusões opostas às minhas. A opinião desse mestre da Arquitetura e do Urbanismo vale mais por si mesma do que por

¹¹⁰ Em 1962, a Lei Malraux na França estabelecia a possibilidade de se conservar e restaurar conjuntos urbanos que apresentassem caráter representativo de determinado período histórico.

¹¹¹ IPHAN. *Processo de Tombamento nº860-T-72 (Volume I)*. Rio de Janeiro, 1972.

qualquer função que exerça e não poderá deixar de ser recebida com agrado geral. O fato de êle, por limite de idade, ter-se aposentado das funções de Chefe da Seção de Estudos e Tombamento do IPHAN, para mim pessoalmente em nada altera a primitiva condição em que se achava de Chefe dessa Seção, agora, é claro, doutrinariamente apenas, tanto para o caso presente, como para os demais, daqui por diante, em que seja eu o relator.¹¹²

O uso da expressão “mestre” para se referir a Lúcio Costa é forte demonstrativo da valorização de sua opinião profissional, por parte de Paulo Santos. Ainda, após a leitura do pronunciamento de Lúcio Costa, Paulo Santos tece comentários acerca dos pontos mencionados pelo consagrado arquiteto. A opinião sobre o Palácio Monroe, especificamente, parece ter sofrido alguma significativa alteração. Se, antes, Paulo Santos defendia o tombamento para que fosse possível a restauração do Palácio, conforme seu desenho original, após o pronunciamento de Lúcio Costa, o conselheiro defende a demolição em prol do desafogo da área, justificando-a com as “mutilações” que o Palácio vinha sofrendo em razão das obras do metrô¹¹³. Entretanto, vale ressaltar uma passagem do relatório da diretoria da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro quanto às obras do metrô e o que foi feito para que não houvesse danos à edificação:

Em dezembro (...), completou-se, na área do Monroe, a concretagem de duas paredes diafragma, com 90m de comprimento por 19m de profundidade cada uma, totalizando 3.100m² de construção. A diretoria registra esse fato como mais uma realização pioneira da engenharia brasileira (...). Cumpre assinalar, ainda, que a parede construída mais próxima ao Monroe ficou apenas a 1,40m de sua testada, tangenciando a fundação do prédio, sem que fosse registrado qualquer dano ao mesmo.¹¹⁴

Em entrevista concedida ao Projeto Pronex Direitos e Cidadania, em 2004, o responsável pelo Setor de Comunicação da Companhia do Metropolitano, o jornalista Mário Carlos Silva Lopes, também discorreu sobre o injusto envolvimento das obras do metrô com a demolição:

Nós demolimos o Palácio Monroe? Nós contratamos engenheiros italianos, pegamos aquele mármore de Carrara das escadas, tiramos delicadamente, botamos no sótão do Palácio Monroe, pegamos os leões da entrada (...) botamos de lado, fizemos paredes de diafragmas, que são paredes especiais, de contenção de encosta, do lado do palácio, de 20 centímetros (...) uma contenção especial. E fizemos o raio da curva da Cinelândia, [tudo] para não destruir o Palácio Monroe. Sabe o que aconteceu? No mesmo instante em que nós estávamos fazendo a curva do Palácio Monroe, veio a ordem de Brasília. “Destrói o Monroe. Acaba com o Monroe porque é coisa de general”. É coisa de general. (...) ¹¹⁵

¹¹² IPHAN. *Processo de Tombamento nº 860-T-72 (volume I)*, Rio de Janeiro, 1972, p. 100.

¹¹³ IPHAN. *Processo de Tombamento nº 860-T-72 (volume I)*, Rio de Janeiro, 1972, p. 111.

¹¹⁴ Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro, 1973. Apud MOREIRA, Regina da Luz. O palácio que virou memória, *op. cit.*, p. 240.

¹¹⁵ Entrevista de Mário Carlos Silva Lopes ao Projeto Pronex Direitos e Cidadania (dez. 2004, p. 11-12) Apud. MOREIRA, Regina da Luz. O palácio que virou memória, *op. cit.*, p. 246.

Observa-se que a narrativa de Paulo Santos, desmente o argumento de Lúcio Costa, de que as obras do metrô teriam descaracterizado o Palácio; esta era, portanto, a versão dos fatos divulgada pela empresa responsável pela construção do metrô. O valor histórico, antes mobilizado como argumento principal por Paulo Santos, deixou de ter centralidade na medida em que o (des)valor de sua arquitetura desfigurada passou a ser o principal critério para o tombamento ou não de sua massa – ou seja, de seu feitio e de seu tamanho – o que permitiria a restauração de seu formato original.

É interessante notar que esta luta de representações é muito própria à gestão de Renato Soeiro, como Diretor do IPHAN. Sua administração, muitas vezes considerada uma transição entre uma fase e outra do órgão, caracterizou-se pelas discordâncias internas quanto à preservação de determinados bens ou não. Mesmo a Carta de Veneza tendo sido assinada em 1964, as implicações de se tombar determinado conjunto urbano ultrapassavam os limites do IPHAN e eram determinadas, também, por fatores externos à instituição. Preservar ou não o Palácio Monroe demonstrava ser uma decisão, para além do IPHAN, sujeita à interferência de outros agentes como o próprio General-Presidente Geisel, ou Lúcio Costa.

A morte, em 1969, de Rodrigo Mello Franco de Andrade, que presidiu o IPHAN desde sua fundação, em 1937, até 1968, juntamente com a permanência de Lúcio Costa como expoente da Arquitetura Brasileira, reconhecido internacionalmente, nos debates de preservação patrimonial, tornaram a administração subsequente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a de Renato Soeiro, “desamparada, frente à prepotência de autoritarismo e do falso milagre econômico, (...) aliados à cobiça imobiliária sem limites, e à especulação financeira, já sem a máscara do desenvolvimentismo dos anos 50 e 60”¹¹⁶. Maria Cecília Londres Fonseca sustenta que o período entre as décadas de 1970 e 1980 pode ser compreendido como um tempo de transição, ressaltando as divergências entre concepções de preservação no interior do órgão:

A análise dos processos de tombamento abertos na década de 1970 e 1980 nos leva a caracterizar esse período como um momento de coexistência e, em certos momentos, de confronto, entre orientações distintas, o que se expressou muito mais no nível das práticas que do discurso. Por outro lado, se considerarmos essa situação em termos de longo prazo, podemos supor que, na verdade, se trate de um período de transição. À medida que se reconstruam séries históricas, se proponham leituras mais abrangentes – que não se limitem

¹¹⁶ CAMPOFIORITO, Ítalo. Muda o mundo do Patrimônio. Notas para um balanço crítico. Artigo publicado originalmente na Revista Brasil, 1985. Apud. MOREIRA, Regina da Luz. *O palácio que virou memória*, op. cit., p. 249.

aos conceitos tradicionais de história e de arte – e, sobretudo, se abram espaços para a participação de outros atores (...).¹¹⁷

Ainda nas observações de Paulo Santos quanto ao pronunciamento de Lúcio Costa, é possível observar a preocupação do conselheiro com o enfraquecimento do órgão e com os impactos que uma discordância quanto às premissas de preservação e tombamento poderia causar na própria legitimidade do IPHAN como autarquia:

E se se quer saber com mais clareza o fundo do meu pensamento, é porque, a meu ver, estamos diante de possibilidade de cometer um erro, devido à dualidade de diretrizes adotada pelo Patrimônio, quando o seu representante no Conselho de Planejamento Urbano, tendo votado a favor do tombamento dos prédios do Jóquei e do Derby, semanas depois, outro dos seus representantes, a Chefe da Seção de Artes [Lygia Martins], se manifesta contra esse mesmo tombamento.¹¹⁸

Assim, é necessário salientar que não eram todos os setores da elite intelectual envolvida com a preservação da memória que defendiam a valorização dos aspectos artísticos e arquitetônicos, em detrimento da noção de conjunto e de testemunho histórico. Por outro lado, os discursos que expressavam esta centralidade da estética e da inovação urbana tiveram respaldo no próprio Poder Executivo: aliados à intenção de Ernesto Geisel de esvaziar os sentidos do Rio de Janeiro e de consolidar Brasília como capital do país, em todos os sentidos, inclusive o simbólico, os agentes sociais que advogavam a demolição do Monroe alcançaram certa hegemonia narrativa neste processo. Vale ressaltar, ainda, que os defensores da “boa arquitetura”, herdeira da tradição, autêntica, sóbria e moderna, não perdoaram as reformas e “mutilações” sofridas pelo Palácio Monroe. De acordo com Márcia Chuva, os reparos executados em um imóvel, ao longo do tempo, eram consideradas uma “má intervenção” nas qualidades do patrimônio:

Dentro desses códigos, os adjetivos que desqualificavam o patrimônio, em função de reformas que havia sofrido, ou atribuídos à “má” intervenção na vizinhança do bem tombado, revelam uma preocupação com relação a um possível “contágio do profano”, justificando, muitas vezes, a restauração do monumento: indigno restauro; restaurações desfiguradoras e desastradas, perdendo as características primitivas; composição pouco feliz; valor medíocre; sacrificando, atravancando o bem tombado; inexpressividade; prejuízo da expressão arquitetônica.¹¹⁹

Os modernistas venciam, portanto, esta luta de representações. Estimulavam uma prática de preservação do patrimônio na qual os valores da “boa arquitetura”, sempre universais e a-históricos, estavam acima dos valores do testemunho histórico. Se o Patrimônio Histórico e

¹¹⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo*, op. cit., p. 224.

¹¹⁸ IPHAN. *Processo de Tombamento nº 860-T-72 (Volume I)*, Rio de Janeiro, 1972, p. 108.

¹¹⁹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 380.

Artístico Nacional esteve sempre envolvido com a construção de uma imagem nacional, esta luta de representações expressa na dissonância entre intelectuais articulados naquela e em outras instituições de renome, como a Escola de Nacional Belas Artes e o IHGB, torna-se parte de uma disputa muito mais ampla entre narrativas identitárias. A decisão acerca do que deve ser preservado como Patrimônio brasileiro passa pelo crivo de apagamentos irreversíveis, como foi o caso do Monroe. É preciso, por isso, voltarmos nossa atenção para esta terceira e mais ampla luta de representações: a disputa entre brasilidades.

2.3. Pela nação: as brasilidades em disputa no processo de demolição do Monroe

Talvez uma das maneiras mais coerentes de se iniciar esta discussão seja mobilizando uma passagem do poema de Jorge Coffy, que integra um livro comemorativo dos 50 anos de Brasília:

Importantes acontecimentos, na história da humanidade;
Em seu caminho constante, **buscando a modernidade**.
(...)
Na terra edificando gigantescas construções,
Descobrimo continentes, com grandes navegações.
Brasília foi uma delas, com a sua construção.
(...)
Lúcio Costa projetou a planta desta cidade:
Uma visão futurística, exemplo de modernidade.
Com o arquiteto Niemeyer, um gênio da arquitetura,
O concreto ganhou linhas, transformado em escultura.
(...)
Ao Brasil outro caminho deu a eles [o povo] a esperança.
Centralizando o governo, interligando as regiões.
Com seu programa de metas, trazendo as **transformações**.
(...)
O país tinha agora uma linda Capital.
No coração do Brasil, o porto mais que seguro,
Transformar numa potência, **nossa Pátria no futuro!**¹²⁰

As duas lutas de representações já exploradas nesta pesquisa articulam-se em uma disputa narrativa mais ampla: de um lado, os que se querem comprometidos com a modernidade e com o futuro da nação – são estes, também, os defensores da “boa arquitetura”, de Brasília e da inovação urbana; de outro, os que insistem nas tradições culturais e na preservação de valores do passado, entendendo o direito à memória como um aspecto essencial para o desenvolvimento de certa identidade nacional – estes, por sua vez, admitem o estilo eclético como uma expressão da identidade brasileira. A poesia mencionada expressa uma forma de brasilidade que diz

¹²⁰ COFFY, Jorge. *Brasília: sua história contada em versos*. Brasília: Grupo MPE, 2010, p. 58-59. Grifos nossos.

respeito ao projeto de nação elaborado pelas elites político-intelectuais ao longo da segunda metade do século XX. Os versos de Jorge Coffy – e, na verdade, a própria concepção romântica de uma história de Brasília contada em poesias – são, neste caso, bons artífices para compreendermos as pretensões deste projeto de nação vencedor e, especialmente, seus impactos no imaginário social acerca do que era o Brasil.

Por outro lado, o antigo projeto de nação não foi desmantelado rapidamente. A identidade regional carioca e o pertencimento ao Rio de Janeiro, como Capital Federal, eram traços notáveis entre alguns Senadores que, com a transferência para Brasília, sentiam-se prejudicados. Em obra publicada em 1976, no ano da demolição do Palácio Monroe, Daniel Krieger, Senador arenista, relatava a insatisfação com a mudança de Capital:

A nova metrópole não dispunha de condições para suportar o peso de uma capital da República. Somente um governo obcecado pela ideia mudancista poderia ter fixado a data de 21 de abril de 1960 para promover a transferência da capital. A cidade, inacabada, oferecia o aspecto de um acampamento improvisado. Os que chegavam e os que nela permaneciam não dispunham do menor conforto. As deficientes refeições eram feitas em lugares inadequados, transformados em restaurantes de emergência. Numerosas ruas, ainda não asfaltadas, “brindavam” os “sofredores” com torvelinhos de pó, durante a estiagem, e com lama em profusão, no período chuvoso. Os fatores negativos faziam crescer as saudades do Rio e aumentavam o repúdio à nova capital. Naquele ambiente de angústia, depressão e revolta, iniciamos nossas tarefas. (...) A primeira e mais pernicioso consequência da mudança, tal como foi realizada, foi o esvaziamento do poder civil. A capital de uma nação, como afirma Blakstone, não pode ficar afastada de um grande centro, onde pulse a vida, onde a opinião pública se faça ouvir, onde a imprensa exista e encontre repercussão.¹²¹

Afinal, que projetos são estes em disputa, no momento em que o Palácio Monroe vai abaixo? Por que a transferência da Capital pode ser compreendida como marca da consolidação de um novo projeto nacional? E em que aspectos a demolição do Monroe reflete esta disputa? Como já tratamos anteriormente, desde 1937, nenhum processo de patrimonialização de um determinado bem cultural (seja este histórico ou artístico) para a nação é alheio à intenção de escolha: o que deve ser esquecido e o que deve ser memorado são decisões que partem daquelas elites, sempre no intuito de elaborar (ou formalizar) certa noção de brasilidade. No caso da nossa pesquisa, não é nossa prioridade explorar as múltiplas dimensões nas quais se manifesta um projeto de nação – a literatura, a arte, a música, as leis. Interessa-nos, por outro lado, investigar as representações arquitetônicas, como imagens de uma nação e de uma sociedade, principalmente, quando essas representações são esquadrihadas pelo crivo do tombamento.

¹²¹ KRIEGER, Daniel. *Desde as Missões...* saudades, lutas, esperanças. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1976, p. 140.

Em 1976, a publicação de Louis de Souza Aguiar, filho do arquiteto responsável pelo projeto do Palácio Monroe, procurava ressonância nos órgãos de preservação da memória para que impedissem a demolição já em andamento do Palácio. Souza Aguiar articulou uma série de manifestações, de distintos agentes sociais, que demonstravam, de alguma maneira, a importância histórica e o valor artístico da edificação para o Patrimônio da nação. Não era, portanto, sem intencionalidade que o autor, na Introdução de sua obra, referia-se à Arquitetura como “uma das formas de expressão da arte e da cultura de um povo, e que sua evolução por vezes caracteriza momentos marcantes de sua história”¹²².

O empenho de Souza Aguiar em impedir o apagamento da obra-prima de seu pai retoma os mesmos valores de testemunho histórico atribuídos ao edifício por Paulo Santos, pelo Clube de Engenharia, pelo IHGB e pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil. Não há hesitação, por parte do autor de *Palácio Monroe: da glória ao opróbrio*, em afirmar a relação entre o Monroe e a história nacional – e não somente carioca – para justificar sua oposição à demolição. Louis de Souza Aguiar afirma, com indignação, que não se pode fazer história “quando os órgãos responsáveis pela preservação dos valores artísticos e históricos de uma nação, permanecem indiferentes assistindo calados, as agressões sofridas em seu patrimônio cultural”¹²³.

É possível identificar em seu pronunciamento aspectos do antigo projeto de nação, que materializou-se na arquitetura do Monroe, e que foi, em algum sentido, incorporado ao imaginário social ao longo da primeira metade do século XX. Este mesmo projeto, elaborado no intuito de garantir o reconhecimento das nações civilizadas e detentoras da modernidade europeia e norte-americana, perdeu legitimidade nos discursos de setores das elites intelectuais a partir da década de 1950, com o nacional-desenvolvimentismo e, especialmente, 1960, com o Golpe Militar. Considerando a linha de raciocínio traçada até aqui e todos os desdobramentos conferidos nos últimos tópicos às disputas narrativas acerca do tombamento do Palácio Monroe, na nossa interpretação, o que se torna prioridade daqueles que participavam ativamente da construção de um imaginário nacional, é a desenvoltura industrial-tecnológica, a conectividade entre as regiões (por meio, especialmente, do rodoviarismo) e a modernização urbana dos grandes centros metropolitanos.

Por outro lado, tratando-se do início do século o que observamos no Capítulo I deste trabalho, é uma representação de Brasil como território aberto para o investimento do capital estrangeiro, no intuito de consolidar as bases industriais do país, ainda muito incipientes¹²⁴. O

¹²² AGUIAR, Louis de Souza. *Palácio Monroe: da glória ao opróbrio*, *op. cit.*, p. 1.

¹²³ *Ibidem*, p. 1.

¹²⁴ AGUIAR, Francisco de Souza. *Brazil at the Louisiana Purchase Exposition, 1904*, *op. cit.*, p. 14.

que o Palácio Monroe representava, na dimensão simbólica, era este projeto de nação voltado para o reconhecimento internacional como um país no qual vigorava a estabilidade política, após a mudança de regime, e economicamente alinhado aos Estados Unidos da América. Na dimensão da arquitetura, no Palácio Monroe solidificavam-se as pretensões do Brasil em apresentar, para o estrangeiro, uma produção autêntica nacional e, ao mesmo tempo, suficientemente universal nos moldes ocidentais a ponto de inserir o país no concerto da modernidade civilizatória.

O que é necessário ressaltar, neste momento, é a querela entre os modernistas e os defensores do estilo eclético, adotado no projeto de Souza Aguiar. Sabe-se que, nos primórdios da atuação do SPHAN, os arquitetos modernistas e sua concepção de estética e “boa arquitetura” elencaram o estilo barroco como verdadeira representação da arquitetura nacional e universal. Nacional, na medida em que demonstrava autenticidade nas produções da época; universal, por ter respeitado os critérios da beleza, da harmonia e da simplicidade que estavam em voga na produção arquitetônica ocidental. O barroco, portanto, era capaz de inserir a arte brasileira no contexto da modernidade europeia sem prejudicar a singularidade nacional. De acordo com Márcia Chuva:

Entre as características mais peculiares do processo de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, engendrado nas décadas de 1930 e 1940, estava a associação entre modernização e tradição, em especial porque os mesmos agentes que enfrentaram a renovação modernista implementaram as práticas de preservação cultural no Brasil. Isso redundou, de acordo com Andrade (1993), na predominância da intenção de projetar, impedindo a isenção necessária no trabalho de restauração, que deveria constituir um conhecimento especializado e independente da arquitetura como projeto.¹²⁵

Sob o olhar destes “agentes” modernistas, que sacralizaram o barroco como tradição e a própria arquitetura modernista como continuação daquela, em consonância com a modernização, o estilo eclético do final do século XIX e início do XX não representava autenticidade nacional ou universalidade artística. Entretanto, observa-se diversos argumentos em prol deste tipo de produção, que o compreende como um legítimo movimento internacional com reverberações específicas no Brasil. Os defensores do eclético argumentavam que, por meio de construções autenticamente nacionais, aquelas produções pretendiam, da mesma maneira que os modernistas ao decidir pela preservação do barroco, elaborar certa identidade nacional que mesclasse a modernidade à tradição. Na publicação de Louis de Souza Aguiar, identificamos afinidades com o projeto de brasilidade do início do século e sua expressão na arquitetura eclética, como movimento de um Brasil moderno e civilizado:

¹²⁵ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória*, op. cit., p. 375.

Vemos todos os dias, obras de arquitetura que fizeram parte integrante de um determinado período de nossa história, depois de terem sido tombados, não resistirem ao impacto da investida do poder econômico da moderna sociedade de consumo, na qual é necessário vender algo de novo mesmo que para tal seja necessário sacrificar valores de um passado remoto, mas **que muito elevaram o nome de nossa Pátria no conceito das demais nações**, criando assim hiatos naquela continuidade que mantém viva a história artística, política e cultural de uma nação.¹²⁶

Mais uma vez, apresenta-se o problema da especulação imobiliária e do rápido crescimento urbano como os principais obstáculos para a preservação do Patrimônio. Estes mesmos elementos estariam sendo assimilados pelo novo projeto nacional que priorizava o desenvolvimento industrial e urbano do país. Quando Souza Aguiar menciona uma “sociedade moderna de consumo”, expressa um distanciamento entre a sociedade do início do século, na qual os valores de modernidade, como já discurremos, eram outros e manifestavam-se nos signos e nas representações simbólicas presentes na arquitetura do Palácio Monroe. Por outro lado, identifica, também, aspectos de seu tempo social que não são comuns àquele tempo de outrora: a valorização da inovação e da mercantilização do “novo”, associada a certo despreço pelos valores do passado e daquilo que é julgado como “velho”. Seriam estes, portanto, os dois projetos de nação em disputa que se manifestaram no processo de demolição do Palácio Monroe.

Entre os intelectuais organicamente envolvidos com a construção da identidade nacional brasileira no início do século, a concepção de brasilidade daquele período recebeu profunda legitimidade. Como mencionamos, esta brasilidade materializou-se no empreendimento de Francisco de Souza Aguiar em representar certa identidade nacional brasileira na Exposição de Saint Louis. A intenção do arquiteto foi bem-sucedida, na nossa interpretação, ao analisarmos a forma positiva com que a imprensa norte-americana tratou da exibição brasileira no evento. O jornal *St. Louis Republic*, em 10 de Abril de 1904, publicava uma consideração sobre o pavilhão brasileiro na Exposição Universal norte-americana que encerrava-se afirmando: “esta construção representa um poema”¹²⁷. A recepção favorável do futuro Palácio Monroe teve grande repercussão na imprensa estadunidense e os elogios foram claros: a edificação representava, ainda de acordo com a reportagem, “o que há de mais adiantado na arte de construir”¹²⁸.

¹²⁶ AGUIAR, Louis de Souza. *Palácio Monroe: da glória ao opróbrio*, *op. cit.*, p. 1. Grifo nosso.

¹²⁷ Mobilizamos a tradução da notícia encontrada no parecer aprovado pelo Conselho Diretor do Clube de Engenharia, destinado aos membros da Divisão Técnica Especializada (DTE) de Urbanismo, sobre o Palácio Monroe, elaborado por Durval Coutinho Lobo, chefe da mesma DTE. O parecer foi enviado ao IPHAN em 1975 no intuito de defender a sua preservação. Cf. IPHAN. *Inventário RJ 264/3/01*. Palácio Monroe: Histórico e descrição do bem. Rio de Janeiro, 1972, p. 5.

¹²⁸ IPHAN. *Inventário RJ 264/3/01*. Rio de Janeiro, 1972, p. 5.

A construção demonstrava a imponência nacional, não apenas na arquitetura eclética da edificação, mas também na potencialidade para a instalação de novas indústrias no país, prioridade econômica do projeto de nação à época. Francisco de Souza Aguiar foi cuidadoso ao descrever, em sua publicação, a contribuição brasileira em doze departamentos de gêneros produtivos da Exposição de Saint Louis. O Coronel detalhou os andares e salões internos do pavilhão e a maneira como foram organizadas as exposições dos produtos de consumo brasileiro, além de se propor a descrever minuciosamente o território nacional e suas potencialidades regionais para o investimento estrangeiro:

O Brasil ainda não é um país industrial mas possui todos esses recursos naturais, os quais, se desenvolvidos, elevariam o país entre os primeiros do mundo em muito poucos anos. Indústrias podem ser responsabilidade de indivíduos ou de empresas, com a permissão para aproveitar toda liberdade, sendo as únicas restrições aquelas relativas à moral, segurança e saúde do público em geral. As leis do país garantem direitos iguais para todos, ainda que, excepcionalmente, alguns privilégios temporários sejam garantidos para alguma nova invenção, processo ou indústria.¹²⁹

Além dos elogios ao pavilhão, que recebeu o grande prêmio da Exposição entre os pavilhões estrangeiros, os periódicos noticiavam, entre 1904 e 1905, a presença brasileira na Feira Universal como uma grande amostra das possibilidades de negociação entre Brasil e Estados Unidos: a necessidade brasileira era, afinal, a entrada de capital estrangeiro, mensagem muito bem assimilada pelos veículos de imprensa estadunidenses:

O Brasil ainda não atingiu o estágio de desenvolvimento industrial que alcançará com o tempo, com a energia que seu povo está desenvolvendo e a disposição que caracteriza o governo e o povo na aceitação da vinda de pessoas de outras nacionalidades. Os americanos têm um vasto campo de atuação no Brasil, mas até agora foram até lá, construíram estradas de ferro, venderam e foram embora, ou foram para lá e não conseguiram ficar. Não foi assim com os alemães e ingleses, nem com os italianos. Essas nacionalidades foram lá para ficar e crescer com o país enquanto o Brasil se desenvolve. E enriquecendo à medida que o Brasil fica rico.¹³⁰

¹²⁹ “Brazil is not an industrial country as yet but it possesses all those natural resources, which, if developed, would place it among the first in the world in a very few years. Industries can be carried on by individuals or companies, who are permitted to enjoy every liberty, the only restriction being those with regard to the morals, safety and health of the public in general. The laws of the country insure equal rights to all, although exceptionally some temporary privileges are granted in favor of some new invention, process or industry.” Cf. AGUIAR, Francisco de Souza. *Brazil at the Louisiana Purchase Exposition, 1904*, op. cit., p. 54. Tradução nossa.

¹³⁰ “Brazil has not yet reached the stage of Industrial development that It will achieve in time, with the energy which its people are developing and the willingness that characterizes the Government and people in the acceptance of settlement by people of other nationalities. Americans have a vast field in Brazil, but so far they have gone down there, built railroads, sold them and come away, or they have gone there and failed to stay. It is not so with the Germans and English, nor with the Italians. Those nationalities have gone there to stay and grow up with the country as Brazil develops. And growing rich as Brazil grows rich.” Cf. *The St. Louis Republic*. (St. Louis, Mo.), 09 Oct. 1904. *Chronicling America: Historic American Newspapers*. Lib. of Congress. Disponível em: <<https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn84020274/1904-10-09/ed-1/seq-32/>>. Acesso em: 07 jul. 2019. Tradução nossa.

A proximidade entre os dois países era, na verdade, muito mais do que apenas econômica. O novo regime brasileiro, desde 1889, procurava igualar-se nos moldes republicanos norte-americanos, aproximando-se do país na ordem geopolítica mundial e afirmando sua identidade sul-americana. Em outra passagem publicada no periódico *The Saint Louis Republic*, observamos a adoção dessa lógica:

Os brasileiros acham que os Estados Unidos deveriam estar particularmente interessados no Brasil. Eles dizem que um país inigualável em riqueza natural, com uma população maior do que o resto da América do Sul combinada, oferece, por muitas razões, o melhor campo para atuação da empresa americana. O Governo está firmemente estabelecido e reconhece que a grande necessidade do país é a introdução de capital (...). Os brasileiros apontam que, desde 1889, o país tem sido uma república amplamente baseada nas diretrizes dos Estados Unidos.¹³¹

Além disso, como já tivemos a oportunidade de salientar, a questão da modernidade e a necessidade de se afirmar como uma nação civilizada não estavam alheias ao papel do pavilhão brasileiro naquela Exposição. O projeto de brasilidade que legitimava o discurso republicano e positivista da ordem e do progresso solidificava-se no imaginário nacional e na política externa do país. Era necessário convencer a sociedade de que a identidade brasileira havia se apropriado da modernidade ocidental. Era preciso, ainda, distanciar a brasilidade construída pelo regime republicano na virada do século do passado colonial:

Com a exibição nas Indústrias Variadas, a demonstração dos recursos materiais do Brasil foi completa. O governo não se contentou apenas com isso, mas acreditou, com razão, que era devido ao povo e ao país mostrar que a nação estava na modernidade, e a cultura geral e a educação de seu povo, dignas dos dons dos deuses com os quais eles foram agraciados.¹³²

Já reconstruído na Capital Federal, o nome sugerido ao Palácio pelo Barão de Rio Branco e Joaquim Nabuco, na III Conferência Pan-americana, insistia nessa aproximação entre

¹³¹ “The Brazilians think the United States should be peculiarly interested in Brazil. They say that a country unrivaled in natural wealth, with a population greater than the rest of South America combined, offers, for many reasons, the best field for American enterprise. The Government is firmly established, and recognizes that the great need of the country is the introduction of capital (...). The Brazilians make the point that since 1889 the country has been a Republic based broadly on the lines of that of the United States.” Cf. *The St. Louis Republic*. (St. Louis, Mo.), 09 Oct. 1904. *Chronicling America: Historic American Newspapers*. Lib. of Congress. Disponível em: <<https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn84020274/1904-10-09/ed-1/seq-32/>>. Acesso em: 07 jul. 2019. Tradução nossa.

¹³² “With the display in the Varied Industries the demonstration of the material resources of Brazil is completed. The Government has not been content with merely this, however, but has rightly believed that it was owing to the people and the country to show that the nation was in modernness, and the general culture and education of its people worthy of the gifts the gods bestowed upon them.” Cf. *The St. Louis Republic*. (St. Louis, Mo.), 07 Aug. 1904. *Chronicling America: Historic American Newspapers*. Lib. of Congress. Disponível em: <<https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn84020274/1904-08-07/ed-1/seq-22/>>. Acesso em: 09 jul. 2019. Tradução nossa.

Brasil e Estados Unidos. Se, por um lado, a ausência de indústrias e do capital estrangeiro consolidava certa imagem do Brasil na diplomacia internacional, por outro, o projeto de nação em vigor na segunda metade do século, expresso na construção de Brasília e no arrasamento do Monroe, sustentava a ideia de grandiosidade e solidez industrial, e lançava ao exterior uma imagem de um Brasil com grande potencial tecnológico e modernizador. Talvez, não seja um equívoco falarmos de um desenvolvimentismo adotado pelo regime autoritário brasileiro que, em suas prioridades, não havia tanto espaço para inventar tradições que assemelhassem o país às nações europeias quanto havia para consolidar suas bases industriais e sua posição no cenário econômico internacional com a incorporação de multinacionais estrangeiras¹³³. Não apenas na dimensão da representação simbólica, como também na dimensão econômica, o projeto de nação era outro. O trabalho de Paul Singer, acerca do desenvolvimento da industrialização no Brasil, nos ajuda a compreender de que maneira a consolidação industrial altera a projeção da nação brasileira no exterior:

Este período [1956-1967] se caracteriza, no plano mundial, pelo término da reconstrução das economias dos participantes da Segunda Guerra Mundial, pela constituição do Mercado Comum Europeu e pela grande expansão das multinacionais americanas no novo espaço econômico assim criado. (...) Este esquema de integração [por meio das multinacionais] começa a ser estendido, em 1956-1967, a alguns países não-desenvolvidos, entre os quais o Brasil. (...) Pode-se dizer que o capitalismo monopolista, que antes de 1930 só existia nos serviços de infraestrutura, lança raízes no Brasil entre 1933 e 1955 para passar a dominar o processo de industrialização a partir de 1956. (...) Além disso, as relações da economia brasileira com o resto do mundo, vale dizer, com as nações capitalistas industrializadas sofreram mudanças significativas. (...) A partir dos fins da década dos anos 60, o país começa a se integrar numa nova divisão de trabalho, criada pelas multinacionais, cuja participação na economia mundial capitalista passa a um nível qualitativamente diferente.¹³⁴

Eduardo Navarro Stotz compreende o período da ditadura militar, especialmente nos anos do suposto “Milagre Econômico”, como o momento em que o Estado assume a forma de um “moderno leviatã”¹³⁵. O historiador menciona a necessidade, provocada pelo desenvolvimento da estrutura urbano-industrial, de se desenvolver uma “cultura de massa”. A Rede *Globo* foi um dos principais veículos de difusão da ideologia oficial. Assim, compreendemos a facilidade com que os periódicos da empresa de *O Globo* acataram e concordaram com os esforços do Governo Federal, para empreender uma campanha feroz em

¹³³ SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. III. O Brasil Republicano: Economia e cultura (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1984, p. 230.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 227-230.

¹³⁵ STOTZ, Eduardo Navarro. As faces do moderno Leviatã: ideologia, poder político e classes sociais no regime militar. In: MELO, Maria Amélia (org.). *Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p. 26.

prol da demolição do Palácio Monroe, no intuito de consolidar na opinião pública sentimento favorável ao arrasamento do imóvel. Podemos, ainda, indicar alguns valores do projeto de nação da ditadura militar que ganhavam expressão nos veículos de cultura de massa, na medida em que a expansão capitalista e industrial e a pretensão de modernização nacional demandava a difusão destes mesmos valores:

Referimo-nos aos papel “modernizante” da ditadura militar. Pois bem. Esse papel também abrangia a difusão de certos valores tidos como fundamentais para a expansão do capitalismo em clima de paz social, a saber, “o culto à obediência, à Lei (sic), à fidelidade ao trabalho e à integração na comunidade”. O Regime militar procurou, na propaganda oficial, promover a identidade entre as noções de “pátria” e “progresso”. (...) A diferença residia no fato de que, desta vez, havia um relativo sucesso econômico e uma adesão social significativa, capaz de dar ibope ao governo de Médici. Foi a época dos “cem milhões em ação... para frente Brasil”, mas igualmente do “Brasil, ame-o ou deixe-o”, a mensagem contra os contestadores da ordem reinante.¹³⁶

A brasilidade da década de 1970, em certa medida expressa nas palavras de Stotz, não é formulada apenas pela forma de regime vigente. Entretanto, é importante nos atentarmos para o papel das elites intelectuais que, muitas vezes, não estão necessariamente em consonância com o projeto político de país que está sendo posto em prática. Ainda que seja o caso, a mentalidade de alguns setores desta elite quanto aos valores do passado, da memória nacional e da modernização foi, de alguma maneira, conivente com a vontade do Presidente Ernesto Geisel em demolir o Monroe e impedir que ele obtivesse o *status* de monumento, ou patrimônio.

De acordo com Márcia Chuva, as escolhas implementadas pelos agentes envolvidos com a preservação do patrimônio cultural não podem ser naturalizadas. A decisão de não preservar o Palácio Monroe é reflexo de certa noção da memória nacional que não abarca os mesmos valores do início do século, já superados, na nossa interpretação, pela desenvoltura capitalista e industrial que o país assume a partir de 1950. Se a escolha é arbitrária e não condiz com a vontade da população ou dos grupos sociais que se pretende representar – neste caso, os brasileiros – é reflexo de uma violência simbólica do Estado¹³⁷.

De certo modo, poderíamos inferir que o próprio SPHAN, como órgão responsável pela construção de certa memória nacional, surge em um momento transitório, em que a desenvoltura industrial e capitalista brasileira sedimentava-se de maneira incipiente. Os arquitetos do SPHAN, ao longo das décadas de 1930 e 1940, impuseram a rejeição às construções de caráter eclético do final do século XIX e início do século XX, ao reconhecer a

¹³⁶ STOTZ, Eduardo Navarro. As faces do moderno Leviatã, *op. cit.*, p. 26-27.

¹³⁷ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória*, *op. cit.*, p. 60-61.

originalidade nacional do estilo barroco em contraposição à tentativa de imitação dos padrões estéticos europeus que se implementou na virada do século. Compreende-se que a construção de um imaginário nacional pela preservação do patrimônio, no Brasil, procurou nas origens coloniais a singularidade da arte brasileira, sem deixar de inseri-la na produção artística universal (ocidental)¹³⁸.

Ao final da década de 1960, após a morte de Rodrigo Mello Franco de Andrade e as já consolidadas prioridades governamentais quanto ao potencial industrial nacional, as divergências entre os próprios intelectuais do IPHAN eram expressivas, não só quanto à validade da preservação de bens arquitetônicos de estilos “misturados”, como também, quanto aos critérios de avaliação destes bens para defini-los como representativos de uma época da nação ou não. A mentalidade expressa nas práticas de preservação do IPHAN, em grande parte de sua existência, fundamentava-se na recuperação de elementos coloniais que legitimassem um “mito de origem” nacional. Contudo, na década de 1970, a especulação imobiliária e a velocidade com que, nos centros urbanos, engajava-se pela inovação e pela modernização, resultaram em inquietação para os intelectuais do IPHAN quanto ao equilíbrio entre o moderno e a tradição – e desta vez, os dogmas da “boa arquitetura” modernista encontraram alguma oposição, ainda que insuficiente.

Naquela forma de se compreender o Brasil nação, defendida pelos modernistas, não havia espaço para o ecletismo – menos ainda para a arquitetura simbólica e devota aos ideais positivistas e republicanos de outras nações atribuída ao Palácio Monroe – diante das demandas do espaço urbano e sua dinamicidade. Diante do surgimento de um novo projeto de desenvolvimento nacional a partir da década de 1950 e do notável enfraquecimento institucional do IPHAN nas décadas subsequentes, as práticas de preservação do patrimônio cultural estiveram sob o manto da incerteza.

Pode-se dizer, portanto, que a demolição do Palácio Monroe representava, não apenas o esvaziamento simbólico, político e econômico da cidade do Rio de Janeiro, como mencionamos no Capítulo anterior, mas, ainda e principalmente, uma luta de representações entre distintos projetos de brasilidade. Talvez, seja necessário, por fim, ressaltar a insuficiência de se admitir uma dicotomia entre projetos nacionais simetricamente antagônicos, na medida em que as representações coletivas acerca da identidade nacional brasileira, adotadas por setores da elite intelectual, não podem ser resumidos a dois projetos coesos. A elaboração discursiva do que se compreende como brasilidade não constituiu prática uníssona, tendo

¹³⁸ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória*, op. cit., p. 378-379.

encontrado alternativas no discurso de determinados grupos ou frações de grupos sociais ao longo dos anos.

Apesar de conscientes da existência de múltiplos projetos de nação em disputa ao longo do século XX, neste trabalho, nossa intenção foi investigar a elaboração de dois grandes projetos de identidade nacional que acabaram por resultar na demolição do Palácio Monroe, em 1976. Ao que nos compete uma conclusão, jamais definitiva, não tratava-se apenas do fim de uma construção, mas da vitória de uma concepção de país sobre outra, metaforizada na queda de um símbolo da Arquitetura nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos destacar ao longo do primeiro Capítulo deste trabalho, no Rio de Janeiro, a disputa entre o velho e o novo no espaço urbano foi elemento singular de consolidação de contradições urbanas que criaram, na cidade, rugosidades temporais, resultado do confronto entre passado e o futuro cristalizado em formas¹³⁹. Em uma relação próxima ao parasitismo, tempos históricos distintos convivem a partir da atuação – ou ausência – das políticas de preservação patrimonial. Entre a especulação imobiliária e as preocupações com a salvaguarda da memória da cidade, o Rio de Janeiro, na segunda metade do século XX, tornou-se campo para disputa entre representações que valoram concepções distintas de brasilidade.

Apontamos, ainda no Capítulo I, como a construção do Rio de Janeiro como cidade-capital, espelho e vitrine da nação republicana, passou por diversas reformas urbanas que condicionaram o passado colonial ao processo de embelezamento e “parisificação” da cidade. Ao longo de sua trajetória como Capital Federal, as remoções e demolições empreendidas, desde o “bota-baixo” de Pereira Passos, com a inauguração da Avenida Central, passando pelo desmonte do Morro do Castelo, em 1922, estiveram na ordem do dia do Governo Federal. A contemporânea revitalização da zona portuária com o Projeto “Porto Maravilha”, a partir de 2011, indica uma continuidade na tendência de políticas remodeladoras para o espaço urbano do Rio de Janeiro, que se reinventa na medida em que novos projetos de identidade regional são elaborados.

Brasília metaforizou as novas prioridades do Governo Federal, quanto ao desenvolvimento urbano e industrial do país, especialmente de regiões mais afastadas das zonas metropolitanas já consolidadas no Sudeste e no Sul. Procuramos demonstrar que a transferência da Capital em 1960 implicou uma luta de representações coletivas, que resultou no enfraquecimento simbólico, político e econômico do Rio de Janeiro, como espelho e vitrine da nação. Destacamos, também, a intencionalidade do Governo Geisel em consolidar uma nova identidade regional para o recém-criado Estado da Guanabara, no intuito de consolidar Brasília como Capital política e solucionar o problema da “duplicidade de capitais”¹⁴⁰. Com a transferência da última instância representativa do Senado Federal para Brasília, o Palácio Monroe não é esvaziado no sentido literal, já que o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e outras instituições importantes continuaram sediadas no Palácio. Contudo, a edificação

¹³⁹ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço, op. cit.*, p. 92.

¹⁴⁰ ARQUIVO ERNESTO GEISEL. *Documentos enviados a Ernesto Geisel apresentando sugestões ao futuro governo*. 15 out. 1973. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal>> Acesso em: 07 set. 2019.

eclética passou a ser alvo de inúmeras discussões acerca da pertinência de sua continuidade em um dos espaços mais cobiçados pela especulação imobiliária no centro histórico e comercial do Rio.

Durante quase todo o século XX, o Palácio Monroe sofreu descontinuidades na maneira como era assimilado pela população carioca e, principalmente, pela elite político-intelectual brasileira: de símbolo nacional a trambolho monstruoso, mutilado pelo tempo e esvaziado por Brasília. Setenta anos após sua inauguração no Distrito Federal, a construção de Francisco de Souza Aguiar perdia, gradualmente, sua legitimidade entre determinados setores daquela elite e seria derrubada em questão de meses. O que nos motivou a investigar a demolição da perspectiva teórico-metodológica oferecida pela História Cultural foram, exatamente, as divergências entre aqueles setores e outros sujeitos sociais, no tocante às representações coletivas que se formulava sobre o Palácio Monroe. Sua trajetória de testemunho histórico, seu valor artístico, seu potencial como elemento alegórico da nação brasileira, ou mesmo sua validade estilística diante dos padrões da “boa arquitetura” modernista, foram mobilizados para formular representações distintas daquele Palácio, que legitimavam o poder simbólico de quem as elaborava.

As lutas de representações estruturam o mundo social e são estruturadas por ele, como observamos, no segundo Capítulo, com o auxílio dos trabalhos de Roger Chartier e de Pierre Bourdieu. A análise do Processo de Tombamento nº860-T-72 do IPHAN nos conduziu a novos questionamentos, em relação às lutas de representações no caso do Palácio Monroe. Na medida em que examinamos cada declaração presente no Processo e analisamos os discursos que estiveram presentes ao longo dele, percebemos que, além da disputa entre representações de modernidade e modernização, expressa na transferência da Capital para Brasília, ao menos duas outras lutas de representações manifestavam-se na tentativa de preservação do Palácio como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e sua posterior demolição. Após explorarmos a primeira delas e tentarmos comprovar uma das hipóteses da pesquisa – a disputa entre Rio de Janeiro e Brasília, entre modernidade e modernização –, procuramos, ainda no Capítulo II, compreender quais eram as representações coletivas acerca dos elementos da arquitetura a ser preservada como exemplo ou referência nacional.

Em nosso entendimento, os valores em disputa pela concepção do que devia ser, ou não, preservado como patrimônio da nação eram, por um lado, os que defendiam, como Lúcio Costa, a “boa arquitetura” e o dogma modernista, que valorizavam a tradição barroca como verdadeira arquitetura autenticamente nacional, ao mesmo tempo em que rejeitavam a mistura do eclétismo e a validade deste estilo na História da Arte e da Arquitetura. Por outro lado,

estavam aqueles que, como Paulo Santos, defendiam a legitimidade do testemunho histórico como elemento a assegurar a preservação de determinado conjunto urbano, ressaltando a necessidade de se manter a coerência e a unidade deste mesmo conjunto, ao mesmo tempo em que valorizavam o ecletismo como importante etapa na trajetória da Arquitetura nacional. Estes últimos compreendiam, também, que os expoentes do ecletismo teriam sido capazes de inventar uma nova tradição nacional, sem deixar de se preocupar com a universalização da arte brasileira no contexto da modernidade e da civilização ocidental.

É certo que o Palácio Monroe, como construção eclética do início do século XX, desencadearia acirrados debates, no que concerne à sua legitimidade como patrimônio, entre os intelectuais de renomadas instituições que, assim como o IPHAN, tinham (e continuam a ter) participação ativa decidindo quais elementos compõem a identidade cultural brasileira. O Manifesto do Clube de Engenharia, o abaixo-assinado do Instituto dos Arquitetos do Brasil, a comissão especial do IHGB, a publicação de Louis de Souza Aguiar e a incessante campanha em favor da salvaguarda do Palácio Monroe empreendida por periódicos como o *Jornal do Brasil* e a *Tribuna da Imprensa* foram apenas alguns exemplos das manifestações de grupos e sujeitos sociais que elaboraram determinada representação coletiva da edificação. O aspecto histórico, para estes grupos, determinaria a condição de “Monumento do passado e relíquia do presente” do Palácio Monroe¹⁴¹, e seria o principal argumento em oposição aos fundamentos dos arquitetos modernistas, paladinos da sobriedade, funcionalidade e autenticidade.

Concluimos, com o exame desta disputa, que a perspectiva preservacionista de setores da elite intelectual brasileira, na década de 1970, não considerava suficientemente os valores históricos e simbólicos atribuídos ao Palácio Monroe, priorizando as qualidades artísticas e os fundamentos da “boa arquitetura” para decidir, ou não, pelo tombamento do bem material. Nem mesmo a Carta de Veneza ou a Lei Malraux, que solidificaram, no plano internacional, diretrizes para a preservação de conjuntos urbanos dotados de testemunho histórico, foram suficientes para legitimar o tombamento do Palácio Monroe, sendo este parte importante do conjunto da Avenida Rio Branco.

Em outra direção, para comprovar a hipótese complementar da nossa pesquisa, examinamos a terceira e mais ampla luta de representações manifestada na demolição do antigo Senado Federal: a disputa entre distintas concepções de brasilidade que, na nossa interpretação, abarcou, de certo modo, os dois embates anteriores. As narrativas nacionais em oposição na década de 1970 não foram elaboradas concomitantemente. Procuramos demonstrar as

¹⁴¹ *Tribuna da Imprensa. O fato político.* Rio de Janeiro, 24 jun. 1974.

diferenças, no plano simbólico e no plano econômico, dos projetos de nação que se expressavam por meio da Arquitetura e de modelos urbanos distintos. Como observamos no Capítulo II, no começo do século XX, a disposição do país em receber investimentos de outras nações para consolidar suas bases industriais constituiu aspecto central do projeto nacional elaborado à época. O Palácio Monroe, como alegoria da República e dos fundamentos positivistas, teve a missão diplomática de levar aos Estados Unidos da América e às nações “civilizadas” do Ocidente esta imagem de Brasil.

A partir da década de 1950, o nacional desenvolvimentismo adotado por Juscelino Kubitschek tornou a desenvoltura industrial e urbana o novo rosto do país. Com a abertura para as multinacionais e a inserção do Brasil na lógica da economia industrial, as prioridades do Governo Federal levaram à elaboração gradual de um novo projeto de nação que teve grande expressão na construção de Brasília. Entendemos que, nesta concepção de brasilidade, alteram-se os valores de tradição e modernidade como eram concebidos no início do século; as práticas de preservação do patrimônio cultural enfraquecem diante da especulação imobiliária e da difusão de novos ideais do rodoviarismo e do crescimento urbano exponencial; o potencial do país para o futuro prevalece na ordem do dia e a sua relação com o passado torna-se menos interessante, na medida em que não é mais necessário procurar nesse passado um mito de origem, nem mesmo nos campos da Arte e da Arquitetura, como fizeram os modernistas com o estilo barroco colonial.

Sem a pretensão de encerrarmos definitivamente um debate de tamanha amplitude, entendemos ser necessário destacar os encadeamentos desta disputa entre narrativas nacionais no processo de demolição do Palácio Monroe. Em primeiro lugar, o fim da construção não é, do nosso ponto de vista, resultado desta luta de representações, mas um reflexo metafórico dela. A demolição expressou todo o esforço do governo militar em reprimir a identidade de Capital da República do Rio de Janeiro e tornou evidente a violência simbólica do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo, arrasando um polo de encontro de Senadores no antigo Distrito, espaço de sociabilidade destes sujeitos. Observa-se, portanto, que o projeto nacional que iniciasse, no plano econômico, com o desenvolvimentismo dos anos 1950, adota, também, o autoritarismo do Estado a partir da década de 1960.

Examinamos, ainda que sem aprofundar esta dimensão do problema, o contexto político após o Golpe de 1964 e suas implicações no processo de enfraquecimento institucional do IPHAN, órgão responsável pela prática de construção e preservação da memória nacional. Este semblante sombrio, que resultou na intervenção direta do Governo Federal na decisão quanto ao destino de um prédio histórico, não é meramente circunstancial. Uma comprovação disto é

a manipulação de setores da imprensa, por parte do Governo Geisel, para consolidar na opinião pública sentimento favorável à demolição do Palácio Monroe. A adesão do periódico *O Globo* nesta campanha em favor do desaparecimento da antiga sede do Senado Federal ainda é motivo de novas questões a serem formuladas, especialmente quando consideramos a obsessão pelo Palácio, expressa pela diligência do Ministro da Justiça, Armando Falcão, junto aos impressos que circulavam no Rio de Janeiro. Qual o interesse destes veículos de imprensa em participar, com tanto empenho, da problemática discussão acerca do Monroe?

Um outro caminho a ser traçado por novas pesquisas, neste mesmo sentido, seria questionar o interesse de sujeitos como Lúcio Costa que, eminente em sua declaração, não deixa dúvidas quanto ao seu posicionamento. Entretanto, anteriormente, como membro do Conselho Superior de Planejamento Urbano do Estado da Guanabara (CSPU), em reunião anterior para debater a possibilidade de se tombar o conjunto arquitetônico da Avenida Rio Branco, Lúcio Costa teria concordado com a ideia de preservar as edificações. Por que teria o arquiteto mudado de ideia? Quais seus interesses, a partir do momento em que o debate atinge as instâncias do IPHAN, em declarar-se veementemente contrário ao tombamento do Palácio Monroe?

Essas e outras formulações nos mostram que seria impossível, em um único trabalho, tratar de todas as incertezas quanto ao evento histórico em questão. A demolição do Palácio Monroe expressou, em diversos sentidos, um enfrentamento de ideias, mentalidades e representações coletivas – e, em última análise, de narrativas nacionais – e as incansáveis tentativas de proteger a construção, entre 1972 e 1976, despertaram a atenção de setores expressivos da população brasileira. Observamos a indignação de alguns e a satisfação de outros; notamos a participação no debate de historiadores, arquitetos, engenheiros e escritores no debate, além de cidadãos que não constituíam a elite política-intelectual por meio das sessões de Cartas dos Leitores nos periódicos, tratando do destino do Palácio como se fosse algo de responsabilidade geral. O pertencimento regional que a presença do Monroe despertava na população carioca só foi compreendido, em suas devidas proporções, quando o risco da demolição tornou-se real demais para impedi-la.

Como mencionamos, não temos a pretensão, com essa investigação, de encerrar o assunto da demolição do Palácio Monroe. A historiografia acerca do assunto, ainda incipiente de alguma maneira, vem sendo desenvolvida no campo da História e do Patrimônio Cultural, especialmente tratando-se das divergências internas pelas quais o IPHAN passou. Entretanto, procuramos aprofundar esta discussão na medida em trouxemos para a análise do objeto-problema os instrumentos próprios da História Cultural, no intuito de averiguar estas discontinuidades, por meio de uma nova ótica. Neste sentido, finalizando a nossa pesquisa,

motivados pela inquietação causada pelo vazio deixado pelo Palácio na Praça Marechal Floriano Peixoto, compreendemos a permanência do edifício na dimensão simbólica, como símbolo das dissonâncias nas práticas de preservação do nosso patrimônio e da memória nacional. O direito à memória é irrevogável e casos como do Palácio Monroe nos levam a dedicar mais atenção às escolhas que, arbitrariamente, conduzem aquelas práticas no nosso país e acabam por cometer equívocos irreparáveis.

Hoje, a Praça Mahatma Gandhi – como é chamado atualmente o espaço em que estava o Palácio – abriga um novo estacionamento subterrâneo, produto da especulação imobiliária que superou a força da preservação e dos valores do passado. Mas há, ainda, em um poste escondido e pouco visível, ao lado da placa que assinala o nome da praça, uma pequena insígnia que resiste ao apagamento e fere o silêncio e o vazio causados pela rejeição ao patrimônio, na qual se lê: “Palácio Monroe”. Talvez seja possível, por meio desta placa, recordarmos e registrarmos para as gerações futuras o que passou naquele lugar de memória brasileiro, permitindo que o velho Monroe deixe de ser um símbolo da República positivista e torne-se emblemática lembrança do velho que resiste diante do novo que destrói.

REFERÊNCIAS

Fontes

AGUIAR, Francisco de Souza. *Brazil at the Louisiana Purchase Exposition, 1904*. Saml. F. Myerson Ptg. Company, 1904.

AGUIAR, Louis de Souza. *Palácio Monroe: da glória ao opróbrio*. Rio de Janeiro, 1976.

ARQUIVO ERNESTO GEISEL. *Documentos enviados a Ernesto Geisel apresentando sugestões ao futuro governo*. 15 out. 1973. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal>>. Acesso em: 07 set. 2019.

ARQUIVO ERNESTO GEISEL. *Documentos referentes ao Ministério da Justiça, principalmente despachos do ministro Armando Falcão com o presidente Ernesto Geisel*. 09 jul. 1974. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal>>. Acesso em: 21 set. 2019.

CASTRO, Ramiro Berbert de. *História e descrição dos edifícios da Cadeia Velha, Palácio Monroe e Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira Editorial, 1926.

ICOMOS. *Carta de Veneza*. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, 1964. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

IPHAN. *Processo de Tombamento nº860-T-72 (Volumes I, II e III)*. Rio de Janeiro, 1972.

IPHAN. Inventário RJ 264/3/01. Palácio Monroe: Histórico e descrição do bem. Rio de Janeiro, 1972.

Jornal do Brasil, Tribuna da Imprensa, Jornal do Commercio (1970-1980). Disponíveis em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

LIBRARY OF CONGRESS. *The St. Louis Republic*. (St. Louis, Mo.), 1904. Disponível em: <<https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn84020274/1904-10-09/ed-1/seq-32/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500 - 1800)*. Rio de Janeiro: M. Orosco & CIA, 1907. P. 216.

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Pereira Passos, 2013.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALVARENGA, Daniel Levy de. *Memórias, resistências e ressonâncias no processo de destruição do Palácio Monroe*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ATIQUE, Fernando. O Patrimônio (oficialmente) rejeitado: a destruição do Palácio Monroe e suas repercussões no ambiente preservacionista carioca. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. *Anais...* São Paulo, ANPUH-SP, 2011.

AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BACZKO, Bronislaw. *Les Imaginaires Sociaux*. Mémoires et espoirs collectifs. Paris: Payot, 1984.

_____. *L'utopia*. Immaginazione sociale e rappresentazioni utopiche nell'età dell'illuminismo. Paris: Payot, 1978.

BENNETT, Mark; STOCKBRIDGE, Frank Park et al. *History of the Louisiana Purchase Exposition*. Saint Louis: Universal Exposition Publishing, 1905.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CABRAL, Gilberto Flores. *Paradoxos de uma modernidade longínqua*. Le Corbusier e o imaginário corbusiano: uma análise de suas interações com o Brasil. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

CAMPELLO, Glauco. *Patrimônio e Cidade, Cidade e Patrimônio*. Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. IPHAN, n. 23, p. 117-125, 1994. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/>>.

CANAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, José Murilo de: *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASCO, Ana Carmem A. J. *Sobre a ideia desmiolada de reconstruir o Palácio Monroe*. Seção “Minha Cidade”, n. 47. Vitruvius, 2002. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/02.022/2062>>.

- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. Fórum Patrimônio: Belo Horizonte, v.1, n.1, set./dez., 2007. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/59>.
- CAVALCANTI, Lauro (Org.). *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: UFRJ: MinC/IPHAN, 2000.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002
- _____. *A História Cultural entre práticas e representações*. 2.ed. Lisboa: DIFEL, 2002.
- _____. Pierre Bourdieu e a história. Debate com José Sérgio Leite Lopes. Revista *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2002. Disponível em: <<http://revistatopoi.org/site/numeros-antiores/topoi4/>>.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *TOPOI*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003. Disponível em: <<http://revistatopoi.org/site/numeros-antiores/topoi7/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.
- _____. *Os arquitetos da memória*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- _____. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº. 34, p. 147-165, 2012. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br/>>.
- COFFY, Jorge. *Brasília: sua história contada em versos*. Brasília: Grupo MPE, 2010.
- CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Guia de arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 2000.
- DANTAS, Rodrigo de Souza. A herança da ditadura e os impasses estruturais da “modernização” capitalista no Brasil. In: IASI, Mauro Luis; COUTINHO, Eduardo Granja (Orgs.). *Ecoss do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.
- DRAGO, Niuxa Dias. Arquitetura e cenografia na representação do Brasil: pavilhões brasileiros de Londres a Milão. *O Percevejo Online*, V.8, n.1, jan./jul. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/opercevejoonline/article/view/5758>>.
- ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2008.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: Alzira Alves de. (Org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FREIRE, Américo; LIPPI OLIVEIRA, Lúcia (Orgs.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

FRIDMAN, Sergio. *Palácio Monroe: da construção à demolição*. Rio de Janeiro: S.A. Fridman, 2011.

FURRIEL, Marcia; DRAGO, Niuxa; ZONNO, Fabiola. O Brasil nas Exposições Internacionais. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.fau.ufrj.br/brasilexpos/>>. Acesso em:

GÉRSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro e de sua liderança na história política do Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

GOMES, Angela de Castro (Coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GUERRA NETO, Abílio da Silva. *Lúcio Costa: modernidade e tradição*. Montagem discursiva da arquitetura moderna brasileira. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IPHAN. *Portal IPHAN*, 2014. Página inicial. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

LEAL, Elisabete; PAIVA, Odair da Cruz (Orgs.). *Patrimônio e História*. Londrina: UNIFIL, 2014.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MACADAR, Andrea Moron. *Uma trajetória brasileira na arquitetura das exposições universais dos anos 1939-1992*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

MACEDO, Oigres Leici Cordeiro de. *Construção diplomática, missão arquitetônica: os pavilhões do Brasil nas feiras internacionais de Saint Louis (1904) e Nova Iorque (1939)*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Paulo. São Paulo, 2012.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945)*. Rio de Janeiro: FAPERJ Lucerna, 2002.

MÁXIMO, João. *Cinelândia: breve história de um sonho*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1977.

MENESES, Ulpiano Toledo. Bezerra de. *A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano*. In: IPHAN. *Patrimônio: Atualizando o Debate*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

MESSENTIER, Leonardo M. de. *A renovação preservadora: um estudo sobre a gênese de um novo modo de urbanização no Centro do Rio de Janeiro, entre 1967 e 1987*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

MOREIRA, Regina da Luz. *O palácio que virou memória: o Monroe e a construção do metrô carioca, polêmica em tempos de ditadura*. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MOTTA, Marly Silva da. *De grande capital a mera cidade: o destino do Distrito Federal após a transferência da capital para Brasília*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1994. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/6827>>.

_____. *O Rio de Janeiro continua sendo?* Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/6775>>.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/FINEP/CNPq, 1986.

_____. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *Brasil, acertai os vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: MAST/CNPq, 1992, p. 5. Disponível em: <[www.http://www.mast.br/pt-br/](http://www.mast.br/pt-br/)>.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 1993.

_____. *Les lieux de mémoires*. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA LIPPI, Lúcia (Org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PEREIRA, Júlia Wagner. Nem heroico nem moderno: a constituição do “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” na gestão de Renato Soeiro no IPHAN (1967-1979). In: IPHAN. Patrimônio: Práticas e Reflexões, n.º. 3, Programa de Especialização em Patrimônio. Rio de Janeiro: Copedoc/IPHAN, 2009. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br/>>.

PEREIRA, Margareth Campos da Silva. A participação do Brasil nas Exposições Universais: Uma arqueologia da modernidade brasileira. Revista Projeto, São Paulo, n.º. 139, 1992. Disponível em: <<http://www.arquitetura.weebly.com>>.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano*. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, v. II, n.º 4. Pelotas: Editora da UFPEL, ago./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufpel.edu.br/>>.

PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira: questões de historiografia*. Campinas: Editora Pontes, 1998.

SANCHES, Maria Lígia Fortes. *Construções de Paulo Ferreira Santos: a fundação de uma historiografia da arquitetura e do urbanismo no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.7179>>.

SANCHÉZ, Natália Padilha. *A invenção da Barra da Tijuca: a anticidade carioca*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. *O Brasil nas exposições universais (1862 a 1911): mineração, negócio e publicações*. Dissertação (Mestrado em Ensino e História de Ciências da Terra) – Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Estação Ciência Edusp, 1996.

SEXTON, Jay. *The Monroe Doctrine: empire and nation in the nineteenth-century America*. New York: Hill and Wang, 2011.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Modernismo brasileiro: entre a consagração e a contestação*. Perspective [Online], 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/perspective/5539>>.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. III. O Brasil Republicano: Economia e cultura (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1984.

STOTZ, Eduardo Navarro. As faces do moderno Leviatã: ideologia, poder político e classes sociais no regime militar. In: MELO, Maria Amélia (Org.). *Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

TEIXEIRA, Luciano dos Santos. Nas fronteiras da História: a preservação do patrimônio entre a memória e o esquecimento. In: IPHAN. Patrimônio: Práticas e Reflexões, nº. 7, IV Oficina de Pesquisa. Anais... Rio de Janeiro: Copedoc/DAF/IPHAN, 2016. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br/>>.

THIESSE, Anne Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, nº. 15, 2001/2002. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6609/3932>>.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WESTIN, Ricardo. *Que fim levou o Palácio Monroe?* Senado Notícias, mai. 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/04/que-fim-levou-o-palacio-monroe>>. Acesso em: 12 nov. 2019.